



CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ÉLIDA VIEIRA

**DINÂMICAS URBANAS: ESTUDO DE CASO SOBRE A
OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS DE CORONEL FREITAS, SC**

Chapecó
2023

ÉLIDA VIEIRA

**DINÂMICAS URBANAS: ESTUDO DE CASO SOBRE A
OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS DE CORONEL FREITAS, SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Igor Catalão

**Chapecó
2023**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Vieira, Élide

DINÂMICAS URBANAS:: ESTUDO DE CASO SOBRE A OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS DE CORONEL FREITAS, SC / Élide Vieira. -- 2023.

72 f.

Orientador: Doutor Igor Catalão

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2023.

1. Espaço urbano. 2. cidade pequena. 3. ocupação de encostas. I. Catalão, Igor, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ÉLIDA VIEIRA

Dinâmicas urbanas: estudo de caso sobre a ocupação de encostas de Coronel Freitas, SC

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Igor Catalão

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 19 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 IGOR DE FRANCA CATALAO
Data: 19/07/2023 14:37:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Igor Catalão (UFFS/orientador)

Documento assinado digitalmente
 RICARDO ALBERTO SCHERMA
Data: 22/07/2023 20:05:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma (UFFS)

Documento assinado digitalmente
 FERNANDO ROSSETTO GALLEGO CAMPOS
Data: 22/07/2023 16:02:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Rossetto Gallego Campos (IFSC)

AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha vida, agradecer foi um ato em que aprendi a fazer corriqueiramente. Mas chegou o momento em que o agradecimento é muito especial de um sonho que se realizou. E por isso, não posso deixar de primeiramente agradecer a Deus, na sua mais distinta concepção, embora não seja religiosa, agradeço a força divina que existe em mim, que não me deixou desistir do objetivo.

À Vitalina Antônia Vieira, minha querida e saudosa avó, pessoa de quem eu mais sinto saudade em abraçar ainda mais nessa fase importante da minha vida, mas tenho certeza que de onde estiver sentirá orgulho. A ela dedico este trabalho. À minha mãe, Maria Conceição Grandi Vieira, In memoriam, Sempre vou lembrar da coragem, do amor que dedicou.

À minha irmã Eliziane Vieira que nunca deixou de acreditar em mim e na realização deste sonho. Meu pai, Zelio Vieira, por todo suporte dado ao longo da graduação, e pelos valores pessoais que me ensinou.

Aos amigos que presenciaram momentos de ansiedade, muitas vezes que a emoção transbordava, Idiane Giacomini a sua amizade genuína e risadas boas, bem como, a Ruth Barreiro e Anaglael Ferro pela torcida, e também Laila de Aquino que assim como eu nutre o amor pela ciência geográfica, vem a memória muitas conversas sobre este trabalho. Por coincidência ambas fomos colegas no IBGE, quando exercemos a função de Agente de Pesquisa e Mapeamento, bons tempos! A todos que direta ou indiretamente me fortaleceram na caminhada. Obrigada! Vocês foram os melhores amparos para minhas quedas.

Agradeço à minha companheira e amor Rosalina Campos de Almeida, por toda paciência, parceria e colaboração, não mediu esforços tornando possível os momentos de estudo e que compartilhou das angústias ao longo do trabalho, "calma vai dar tudo certo", dizia.

Ao corpo docente da Geografia, em nome do meu Orientador Igor Catalão, por todo conhecimento repassado, tesouros intelectuais que dão inspiração, vocês são grandes mestres.

Agradeço e agradeço!

O urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades e os estudos acadêmicos não devem contemplar apenas elas e as áreas metropolitanas. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. Além da acadêmica, as políticas públicas, a imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua expressiva quantidade, diversidade e, principalmente, seus problemas.

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2018, p. 14)

VIEIRA, Élida. **Dinâmicas urbanas: estudo de caso sobre a ocupação de encostas de Coronel Freitas, SC**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Geografia. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2023. 72 p.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a ocupação de encostas na cidade de Coronel Freitas, localizada na região oeste de Santa Catarina. Alicerçado aos seguintes objetivos específicos: a) Descrever a evolução histórica da região oeste catarinense e de Coronel Freitas; b) Averiguar conceitos e definições para o processo de desenvolvimento socioespacial; c) Entender as relações entre sociedade e espaço urbano; d) Compreender a espacialidade e morfologia urbana de Coronel Freitas, tendo como fatores o crescimento econômico e a inserção da cidade na rede urbana do oeste de Santa Catarina. Além de contribuir com pesquisas sobre a urbanização de cidades pequenas, toda a complexidade do processo que não encontramos somente em grandes centros urbanos. Tratar do processo da urbanização não é tarefa fácil, são vários fatores e agentes envolvidos em um mesmo espaço que agem modificando-o continuamente, sobretudo neste caso em que se trata de uma cidade de pequeno porte inserida em contexto regional mais complexo. Coronel Freitas localiza-se em uma especificidade geográfica de relevo acentuado, com um sítio urbano formado sobre um fundo de vale, logo, observar e analisar como se formou a urbanização, bem como os elementos que a constituem é fundamental no entendimento da peculiaridade do processo de distribuição espacial e das formações superficiais. O município foi emancipado no ano de 1961 e a partir de então passou a desenvolver-se nas partes centrais e arredores, explorando a vegetação natural de forma irregular, sem supervisão geotécnica, o que incide numa morfologia inadequada e de médio/alto risco para ocupação. Entre os principais movimentos humanos percebidos na utilização do solo de forma irregular, destaca-se a realizada por pessoas em situação de vulnerabilidade ou de menor poder aquisitivo, o que repercute em comprometimento das áreas, risco de alagamentos, deslizamentos, acúmulo de água por desnivelamento, ruptura de pontes de interconexão municipal e outras fragilidades que acometem a população e exigem da Administração Pública um planejamento urbano mais qualificado para adequação das localidades.

Palavras-chave: Espaço urbano, cidade pequena, aglomerado subnormal, ocupação de encosta.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the occupation of slopes in the city of Coronel Freitas, located in the western region of Santa Catarina. Based on the following specific objectives: a) Describe the historical evolution of the western region of Santa Catarina and of Coronel Freitas; b) Investigate concepts and definitions for the socio-spatial development process; c) Understand the relationship between society and urban space; d) Understand the spatiality and urban morphology of Coronel Freitas, having as factors the economic growth and the insertion of the city in the urban network of the west of Santa Catarina. In addition to contributing to research on the urbanization of small towns, all the complexity of the process that we do not find only in large urban centers. Dealing with the urbanization process is not an easy task, there are several factors and agents involved in the same space that act continuously modifying it, especially in this case in which it is a small city inserted in a more complex regional context. Coronel Freitas is located in a geographic specificity of accentuated relief, with an urban site formed on a valley floor, therefore, observing and analyzing how urbanization was formed, as well as the elements that constitute it, is fundamental in understanding the peculiarity of the process of spatial distribution and surface formations. The municipality was emancipated in 1961 and since then began to develop in the central parts and surroundings, exploiting the natural vegetation in an irregular way, without geotechnical supervision, which affects an inadequate morphology and medium/high risk for occupation. Among the main human movements perceived in the use of land in an irregular way, the one carried out by people in situations of vulnerability or of lower purchasing power stands out, which has repercussions in compromising the areas, risk of flooding, landslides, accumulation of water due to unevenness, rupture of bridges of municipal interconnection and other weaknesses that affect the population and require from the Public Administration a more qualified urban planning for the adequacy of the localities.

Keywords: Urban space, small town, subnormal agglomeration, hillside occupation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem do município de Chapecó-SC compreendendo a mancha urbana	18
Figura 2 – Mancha urbana de Coronel Freitas-SC (A)	18
Figura 2 – Rota rodoviária entre Coronel Freitas e Chapecó (B)	18
Figura 3 – Localização das divisas intermunicipais de Coronel Freitas	19
Figura 4 – Primeiras residências de Coronel Freitas	21
Figura 5 – Coronel Freitas-SC após emancipação em meados da década de 1970 (A)	22
Figura 5 – Distribuição residencial, comercial e industrial na época de 1980 (B)	22
Figura 6 – Extração de madeira em Coronel Freitas	22
Figura 7 – Trabalhadores e balseiros do Rio Uruguai em direção à Argentina	23
Figura 8 – Coronel Freitas atualmente	24
Figura 9 – Área de atuação das empresas colonizadoras em Santa Catarina	29
Figura 10 – Diferença entre objetos naturais e artificiais	33
Figura 11 – Coronel Freitas antes da emancipação	47
Figura 12 – Igreja Matriz de Coronel Freitas-SC (A)	48
Figura 12 – Prefeitura Municipal de Coronel Freitas-SC (B)	48
Figura 13 – Pontes de acesso sob o Rio Chapecó em Coronel Freitas-SC (A)	48
Figura 13 – Portal em Coronel Freitas-SC atualmente (B)	48
Figura 14 – Vista parcial comercial de Coronel Freitas-SC	49
Figura 15 – Mapa rodoviário de Coronel Freitas-SC	52
Figura 16 – Mapa do perímetro urbano de Coronel Freitas-SC	54
Figura 17 – Mapa de Coronel Freitas-SC	54
Figura 18 – Ocupação de encosta irregular em Coronel Freitas-SC (A)	55
Figura 18 – Ocupação de encosta irregular em Coronel Freitas-SC (B)	55
Figura 19 – Erosão do solo em Coronel Freitas-SC, 2015 (A)	56
Figura 19 – Destruição por enxurrada em Coronel Freitas-SC, 2015 (B)	56
Figura 20 – Enchente em Coronel Freitas-SC no ano de 2015	57
Figura 21 – Erosão do solo em Coronel Freitas-SC, 2015 (A)	57
Figura 21 – Ponte interditada em Coronel Freitas-SC, 2015 (B)	57

Figura 22 – Diagnóstico de Ocupação de Encosta em Coronel Freitas-SC	60
Figura 23 – Cicatrizes de deslizamentos em ocupação de encosta em Coronel Freitas-SC	61
Figura 24 – Indícios de umidade excessiva em ocupação de encosta em Coronel Freitas-SC	61
Figura 25 – Mapa Planialtimétrico do Município de Coronel Freitas - SC	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Empresas colonizadoras do Oeste de Santa Catarina	28
Quadro 2 – Classificação das cidades pequenas	41
Quadro 3 – Ranking das 50 maiores empresas de Coronel Freitas-SC hoje	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA	15
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: TRAÇOS PARA A FORMAÇÃO DE CORONEL FREITAS	20
1.1.1 Colonização de Coronel Freitas	25
2. O PROCESSO SOCIOESPACIAL: CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	30
2.1 O ESPAÇO DAS CIDADES	35
2.1.1 Relação da sociedade com as cidades pequenas	38
3. O ESPAÇO URBANO DE CORONEL FREITAS	43
3.1 MOMENTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CORONEL FREITAS	46
3.2 OCUPAÇÃO DE ENCOSTA EM CORONEL FREITAS-SC	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	72
ANEXO 1 – VISTA PANORÂMICA DA OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS EM CORONEL FREITAS - SC	72
ANEXO 2 – MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO EM CORONEL FREITAS-SC	73
ANEXO 3 – AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM CORONEL FREITAS-SC	74

INTRODUÇÃO

A paisagem urbana construída em demasia de cimento produz a imagem “concreta” do que é o urbano, mas como se forma um espaço urbano é a busca por um mesmo conjunto de símbolos, signos, objetos entre outros elementos que venham constituir um mesmo modo de vida cotidiano, independentemente de onde está localizado este espaço, com variações apenas na intensidade dos fluxos deste modo de vida (AMARAL E SILVA, 2001).

Apenas isso já nos conduz a um emaranhado de informações para daí se pensar a cidade na atualidade, o porquê de ela existir (SPOSITO, 1997), mas, sobretudo, o que faz de uma cidade uma cidade? (SOUZA, 2003).

Não obstante, é inevitável trazer “à luz” toda a complexidade do processo, sua gênese, seus personagens, a estruturação e configuração dos conceitos que trataremos nesta pesquisa. Para fim de visualizar a ocupação e uso de cada parte do território delimitada a “ser urbano”, ou seja, baseada na definição do já dito modo de vida cotidiano.

Refere-se a um pouco antes da efetiva colonização para trazer os processos realizados tempos atrás que permitiram o início da ocupação no Oeste catarinense. O objetivo não é demorar nessa descrição visto que há abundância de trabalhos sobre o assunto, portanto, focar-se-á apenas no que é importante para o andamento da pesquisa, com o intuito de trazer respostas e resultados ao final desta que permitam entender a formação do espaço urbano de uma cidade pequena chamada Coronel Freitas, localizada no interior do Brasil, oeste do estado de Santa Catarina.

No mundo urbano, entram em choque as dimensões contraditórias e desiguais do desenvolvimento. O urbano articula as tensões e contradições entre os vetores verticais e horizontais de poder e de cooperação nas configurações dos modos de produção e consumo, assim como na estruturação das condições de existência que dividem os sistemas de objetos e os sistemas de ação que constituem a articulação entre os lugares. (BOCAYUVA, 2010, p.1).

Há de se dizer, portanto, a importância que se deve atribuir à evolução histórica regional, sobreposta às individualidades e primazias que contornam um território e principalmente uma população. Aspectos que configuram modos

de vida, hábitos, cotidianos, expressões culturais e sociais, de modo em que o tornam único.

Neste contexto é que se desenvolve o presente estudo, cujo objetivo é analisar a ocupação de encostas na cidade de Coronel Freitas, localizada na região oeste de Santa Catarina. Alicerçado aos seguintes objetivos específicos: a) Descrever a evolução histórica da região oeste catarinense e de Coronel Freitas; b) Averiguar conceitos e definições para o processo de desenvolvimento socioespacial; c) Entender as relações entre sociedade e espaço urbano; d) Compreender a espacialidade e morfologia urbana de Coronel Freitas, tendo como fatores o crescimento econômico e a inserção da cidade na rede urbana do oeste de Santa Catarina.

Entende-se que o presente estudo poderá contribuir com a visibilidade que cidades pequenas possuem ante o desenvolvimento socioeconômico regional, estadual e federal, tendo em vista que muitas vezes passam despercebidas pelo seu porte e tamanho. O descuido com estas cidades proporciona à população habitante situações de vulnerabilidade e dependência dos grandes centros urbanos, o que, de fato, acarreta num processo de segregação e exclusão social.

Em estudos de geografia especificamente, vê-se veemente muitos debates acerca das discrepâncias socioeconômicas e socioespaciais em grandes metrópoles, entretanto, o tema é pouco debatido em regiões de menor porte. O que reitera a necessidade de se aprofundarem estudos para áreas mais isoladas, com atividade predominante a agrícola e com profundo sentimento de pertencimento ao local, como exemplo a experimentada em Coronel Freitas.

Desse modo, a presente monografia estruturou-se em três capítulos principais, após a introdução aqui apresentada. Convém tratar sobre a evolução histórica do município objeto de estudo, perpassando pelo processo de colonização e emancipação. Após, detém-se a justificar o processo socioespacial, formação morfológica das cidades em relação à sociedade. No terceiro capítulo estrutura-se o entendimento acerca do espaço urbano de Coronel Freitas e o diagnóstico de ocupação de encostas, evidenciando aspectos influenciadores. E, por fim, as considerações finais do estudo e do município alvo, sob a perspectiva geomorfológica.

1. O MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O oeste catarinense teve uma colonização planejada tanto em esfera estadual como nacional, pois era de interesse de ambas a ocupação dessa região. Os municípios que compõem o grande oeste compartilham a mesma história na grande parte, ou seja, são territórios de diversos conflitos fronteiriços e de desbravadores com nativos que por aqui já habitavam.

Sabendo disto, para conduzir esta pesquisa precisa-se ter conhecimento do contexto histórico da região de Chapecó bem como elencar os eventos geográficos que marcaram essa região antes de efetiva colonização, que de certa maneira explica a configuração e características das cidades pequenas, o que facilitará a compreensão sobre Coronel Freitas.

A marca do coronelismo na colonização é assunto na bibliografia sobre o contexto histórico. A Chapecó de antigamente agrupava muitos municípios atuais, por esse motivo encontramos semelhanças no contexto histórico sobre Coronel Freitas, neste sentido o livro “E... Chapecó levantou vô”, coloca o protagonismo para a maior cidade do oeste catarinense, desde o início projetada para tal cenário. Chapecó compreendia também a extensão que agora delimita Coronel Freitas.

Como bem traz um resumo do livro, o processo de colonização regional trata-se de:

Um sobrevoo acerca dos primórdios do pioneirismo, de personalidade e fatos de relevante importância da história do estado de Santa Catarina, bem como um panorama pelos aspectos histórico-cultural, político e socioeconômico inseridos no desenvolvimento de Chapecó e oeste catarinense. (WAGNER, 2005, p.14).

Muito antes dos projetos de colonização contemporâneos, o oeste catarinense já era habitado. O livro de Altair Wagner indica que o professor e arqueólogo André Prous descobriu que o ser humano já estava presente na Bacia do Rio Uruguai há pelo menos 1300 anos, ao final do Pleistoceno. A descoberta se deu através de artefatos encontrados em escavações arqueológicas, que denotam que a ocupação da região era tida por indígenas das tradições Humaitá (WAGNER, 2005).

Muitos milênios após, os Guaranis vindos da Amazônia chegaram por

aqui como excelentes caçadores, coletores e horticultores, trazendo artefatos de cerâmica. Dentre os séculos V até o século XVI os Guaranis já tomavam conta de toda a região (WAGNER, 2005).

A participação dos jesuítas deu-se a partir daí, que então passaram a catequizar os guaranis e a reuni-los em “missões” no que hoje são as delimitações dos estados do Paraná ao Rio Grande do Sul e de porções da Argentina e do Paraguai. Já no ano de 1641, encontram-se relatos de alguns autores que os primeiros bandeirantes paulistas adentraram os territórios de Chapecó com destino ao Rio Grande do Sul.

No fim do século XVII, estes mesmos bandeirantes entraram em conflito com as missões jesuítas, confrontos aconteceram e os perdedores foram os Jesuítas e indígenas. Os que restaram fugiram para terras do Paraguai e da Argentina, o que facilitou a tomada da ocupação do oeste catarinense pelos índios Kaingang, representados pelo cacique Vitorino Condá, que dominaram a área definida pelos Rios Iguaçu, Paraná e Uruguai.

Até chegar perto do que hoje é o território do oeste catarinense, em específico Chapecó, a região passou por algumas disputas como a questão de Misiones, entre Brasil e Argentina. Os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio delimitavam os territórios de Santa Catarina e Paraná com a Argentina, estados estes por sua vez queriam pleitear a delimitação até os rios Chapecó e Jangada com uma área de aproximadamente 31 mil km² que estava na disputa e cobiçada pela Argentina. Por intermédio do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland que atuou como árbitro, tendo o Brasil o Barão do Rio Branco como defensor e a Argentina o Dr. Estanislau Zeballos, a questão foi resolvida em 5 de fevereiro de 1895 através do “Tratado do Arbitramento”. O presidente declarou a incorporação ao território brasileiro grande parte do atual extremo oeste do nosso estado de Santa Catarina (WAGNER, 2005).

Chegamos ao ponto que é crucial para compreender mais intimamente o porquê do município se chamar Coronel Freitas, objeto deste estudo. Coronel remete à ideia de militar. Registra-se, pois, na história que os territórios do oeste e extremo oeste de Santa Catarina e do oeste do estado do Paraná teve como primeiras ocupações as Colônias Militares. Para marcar o território e protegê-lo, o Governo Imperial legislou e decretou que se criassem as colônias Militares de Xapecó e do Chopin, para a garantia e integridade do território

(WAGNER, 2005).

Esse processo começou em 16 de novembro de 1859 pelo Decreto nº 2502, entretanto, tornou-se efetivo apenas em 16 de outubro de 1880 através de Portaria Oficial, onde o capitão José Bernardino Bormann teve a missão de fundar a Colônia Militar de Chapecó. Essa colônia foi concretizada em 14 de março de 1882. O território de Chapecó com Aviso do Estado Maior do Exército foi emancipado, passando para o regime civil e entregue ao governo do Paraná, fato publicado no jornal “O Xanxerê”, nº 15 de 25/08/1979 (WAGNER, 2005).

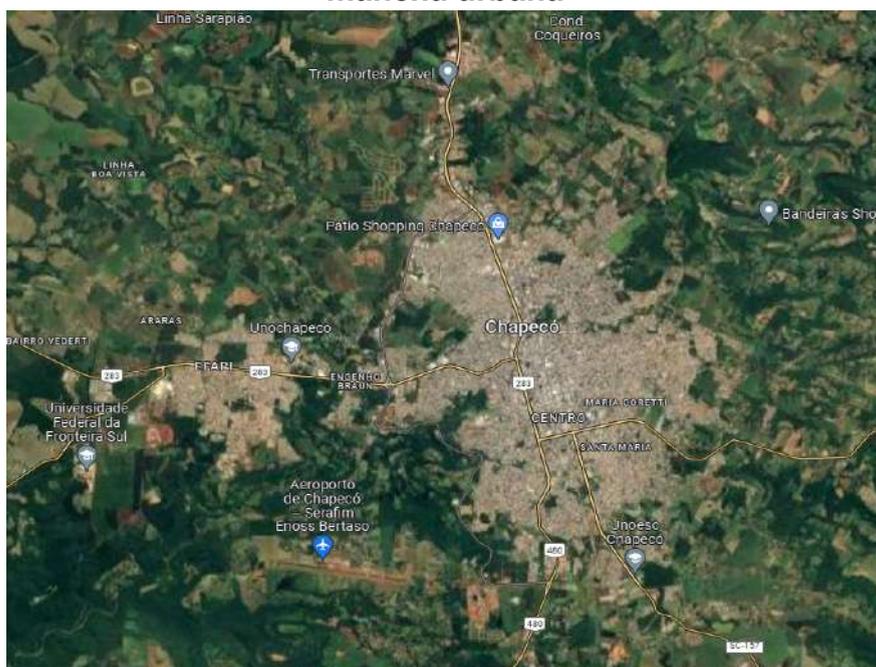
É importante ressaltar que esta colônia já estava produzindo, em grande escala, produtos agrícolas, gado de corte e leite, além de suínos. O testemunho de Domingos Nascimento foi valioso para corroborar com essa informação. Em 1903 o explorador atravessou a Colônia Militar de Chapecó e viu que os colonos já produziam milho, feijão, mandioca, fumo, cana de açúcar, centeio, trigo, além da criação de animais. A erva mate já apontava como matéria-prima principal na região de produção, computando exportações de até 2500kg nesse período (WAGNER, 2005).

Os conflitos pelo território catarinense pareciam estar cessados. No entanto, em 25 de julho de 1910 um acórdão do Supremo Tribunal Federal concedeu a posse a Santa Catarina, em desfavor do Paraná que vinha questionando os limites do território, incansavelmente, por três vezes, com ameaças de luta armada e destruição do patrimônio histórico-público, conflito conhecido na história por Questão do Contestado (WAGNER, 2005).

Essas discussões se estenderam até 20 de outubro de 1916 em que finalmente assinaram os governadores dos estados o acordo, que fora encaminhado ao Congresso Nacional, finalmente reconhecendo os limites entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. A homologação fora dada pelo Presidente da época, Wenceslau Braz Pereira Gomes.

No ano seguinte, o fim de mais uma disputa foi decretada. Inicialmente Chapecó com 14.053 km² tornou-se o maior município de Santa Catarina, com 14,71% do território estadual. Atualmente, Chapecó representa 626 km² da extensão territorial, representando 0,65% de todo o território de Santa Catarina, distanciando-se 557 km da capital, Florianópolis (figura 1).

Figura 1 – Imagem do município de Chapecó-SC compreendendo a mancha urbana



Fonte: <<https://www.google.com/maps>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

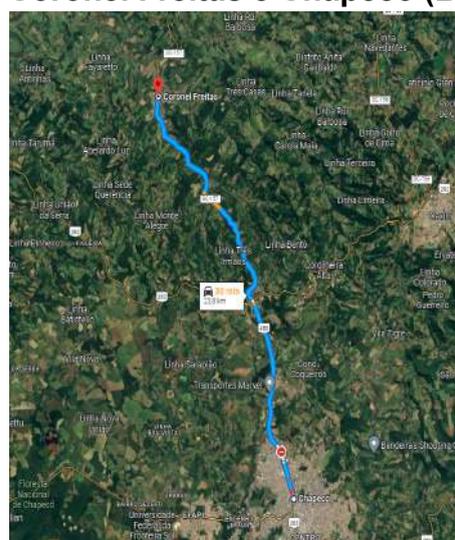
Já Coronel Freitas está localizado a 23,8 km de distância de Chapecó sentido Rodovia BR-480 (figura 2-B), com a altitude média de 400m acima do nível do mar e a área superficial atualmente é de 234.40 km² conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Figura 2 – Mancha urbana de Coronel Freitas-SC (A)



Fonte: Adaptado de Google Maps (2023).

Figura 2 – Rota rodoviária entre Coronel Freitas e Chapecó (B)



Fonte: Adaptado de Google Maps (2023).

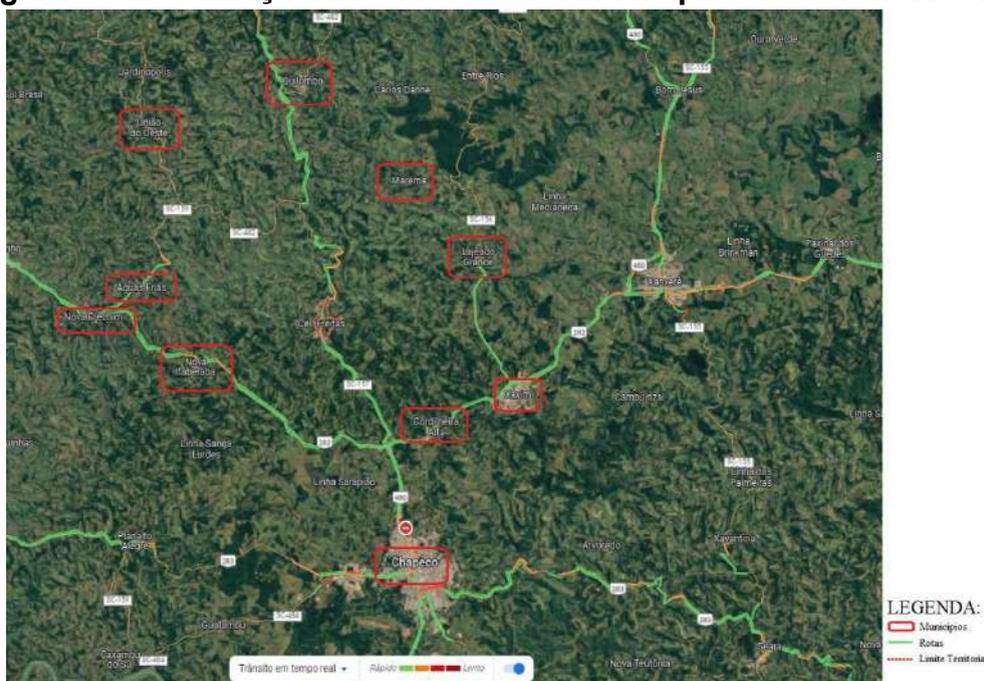
Ainda, de acordo com a Prefeitura Municipal (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023), as principais divisas intermunicipais de Coronel Freitas são:

- Quilombo: 19,9km de distância;
- Marema: 13,8km de distância;
- Xaxim: 17,7km de distância;
- Cordilheira Alta: 12,7km de distância;
- Chapecó: 23,7km de distância;
- Nova Itaberaba: 35,8km de distância;
- Nova Erechim: 19,9km de distância;
- Águas Frias: 16,1km de distância;
- União do Oeste: 21,9km de distância.

Todos os municípios compreendem a região oeste catarinense, distribuindo-se, em relação a Coronel Freitas, tanto para o Norte e Sul quanto para o Leste e Oeste, invariavelmente.

Em todas as localizações, uma vez ultrapassada a divisa, a jurisdição deixa de ser municipal, podendo até mesmo quando transitada em rodovia, de jurisdição estadual. Todos os municípios são interligados por rodovias estaduais. Para melhor visualização da disposição dos municípios “irmãos” em relação ao objeto do estudo desenvolveu-se a figura 3.

Figura 3 – Localização das divisas intermunicipais de Coronel Freitas



Fonte: Adaptado de Google Maps (2023).

No que diz respeito ao contexto histórico do município de Coronel Freitas propriamente dito, esse teve seus primórdios no mesmo contexto que Chapecó. Chapecó é caracterizado como Pólo Regional no Oeste catarinense, de grande desempenho no setor agroindustrial para a economia do estado, contribuindo com a mecanização produtiva por meio do desenvolvimento de máquinas, equipamentos e tecnologias voltadas à produção manufatureira e alimentícia, principalmente (BRASIL; CHAPECÓ, 2023).

Falar de Chapecó, portanto, é imprescindível para que se conheça mais intimamente a configuração da região oeste, mas, sobretudo, para o entendimento das atividades socioeconômicas locais, visto que são assertivas sob a forma que o município de Coronel Freitas surgiu e como se dispõe enquanto unidade territorial hoje.

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: TRAÇOS PARA A FORMAÇÃO DE CORONEL FREITAS

Anteriormente, o distrito de Chapecó recebeu status de município pela Lei Estadual nº 763, de 6 de outubro de 1961 (IBGE, 2023).

De acordo com o próprio dizer de Peluso (1892, p.23; apud BRASIL; CHAPECÓ, 2023, p.1): “Chapecó, no princípio do século, não era um espaço vivido, pois não possuía contingente humano para a vida regional”. Isso significava que o município, para assim se configurar, necessitava de infraestrutura socioeconômica, política e jurisprudencial.

Em 1920, ainda distrito, Chapecó possuía população equivalente a 11.315 habitantes somente. Apesar de área com imenso potencial para desenvolvimento às escalas local e estadual, o processo de colonização era vago devido à ausência da iniciativa empresarial, ou seja, investimentos privados e públicos para que o povoamento ocorresse (IBGE, 2023).

Segundo informações da própria Prefeitura Municipal, o território de Chapecó foi desmembrado a partir de 1920, começando, de fato a ser colonizado a partir de 1929 por famílias oriundas do Rio Grande do Sul, atraídas por novas terras, com intuito de processar grandes quantidades de erva-mate e extrair madeira (característica da economia inicial de toda a região entre as décadas de 1920 a 1950) (BRASIL; CHAPECÓ, 2023).

Neste mesmo momento ocorria a transição dos colonos residentes para as regiões próximas do grande centro de Chapecó, apropriando-se das terras disponíveis para produção agrícola e agropecuária. Os primeiros colonos construíam casas de madeira, estilo campeiro especialmente, haja vista a grande disponibilidade de madeira na região e o domínio pela carpintaria – atividade econômica típica da época (RENK, 2006).

Segundo relatos de pesquisadores da região de Coronel Freitas, a extração de madeira ocorria na localidade e o produto tinha como destino a Argentina, transportado através de balsas alocadas no Rio Uruguai. A comercialização internacional contribuiu significativamente para que o município pudesse explorar outras matérias-primas e desenvolver o segmento agroindustrial local com exatidão (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023).

As primeiras residências antes da emancipação podem ser visualizadas na figura 4, a referida data é o ano de 1942. Casas tipicamente de madeira, simplórias, de arquitetura predominantemente tradicional ruralista.

Figura 4 – Primeiras residências de Coronel Freitas



Fonte: CEON-UNOESC (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023).

Após a emancipação ocorrida em 1961, a nova configuração territorial e distribuição residencial das principais ruas do município podem ser observados

nas figuras 5-A e 5-B.

Figura 5 – Coronel Freitas-SC após emancipação em meados da década de 1970 (A)



Fonte: Adaptado de Brasil (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023).

Figura 5 – Distribuição residencial, comercial e industrial na época de 1980 (B)



Fonte: Adaptado de Brasil (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023).

Mais adiante, o território do município Águas Frias foi desmembrado de uma parte de Coronel Freitas, especificamente em 1991, ficando este último com a extensão territorial já mencionada (RENK, 2006). Até aquele momento, Águas Frias ainda pertencente a Coronel Freitas, tinha como foco prioritário econômico a extração de madeira, haja vista a relação comercial entre colonos conforme as figuras 6 e 7 a seguir demonstram.

Figura 6 – Extração de madeira em Coronel Freitas



Fonte: CEON-UNOESC (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023).

Figura 7 – Trabalhadores e balseiros do Rio Uruguai em direção à Argentina



Fonte: PORTONOVO. **Brasilien:** Siedlung fürdeutschsprechende Katholiken am Uruguay fluss im Staate Santa Catharina in Brasilien. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1933.

Ainda é importante frisar que:

Os primeiros colonizadores de Coronel Freitas chegaram em 1940. Eram gaúchos, descendentes de imigrantes italianos, oriundos das cidades de Guaporé, Serafina Corrêa e Veranópolis e que chegaram à região para explorar madeira. No local havia um destacamento militar e um dos primeiros colonos a se instalarem, Ernesto Bertaso, quis homenagear o comandante da guarnição, coronel José de Freitas, dando seu nome à vila que se formaria. Com o desmatamento desordenado e a consequente extinção das reservas de madeira, a economia voltou-se para a agricultura (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023, p.1).

Ou seja, do mesmo modo que os demais municípios que integram a região oeste catarinense, Coronel Freitas também teve seu território permeado pelos coronéis gaúchos. Normalmente, esses são vistos como povo que trabalhou arduamente para construir a ordem, estabelecer a prática econômica e desenvolver a população local, a despeito dos indígenas e caboclos que já residiam na região.

Hoje, com base no censo realizado pelo IBGE em 2022, Coronel Freitas (figura 8) possui uma população de 10.388 pessoas, sendo 4.258 domicílios, distribuídos em uma extensão de 233.698 km², sendo os principais bairros: Centro, Floresta, Grambel, Ouro Verde, Passo D´areia, São Sebastião e Três Palmeiras (IBGE, 2021). O município possui ainda um total de 25 comunidades localizadas na zona rural do município, comportando uma densidade menor do

que o centro urbano.

Figura 8 – Coronel Freitas atualmente



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=308192881443548&set=a.308192844776885>>. Acesso em: mai. 2023.

Coronel Freitas tem como prefeito Delir Cassaro, o qual responsabiliza-se pela administração política-econômica-social do município de R\$37.727,51 milhões de reais (IBGE, 2017), com um PIB per capita médio de R\$33.400,94 reais (IBGE, 2020) e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,744 (IBGE, 2010). Com média salarial de 2.2 salários mínimos e taxa de ocupação de 25,6% em relação a população total; média de 2,78 moradores por domicílio (Anexo 1) (IBGE, 2020).

A saber destas informações e da contribuição que o município faz para o fortalecimento regional oeste catarinense, ressalta-se a importância em se compreender melhor o processo de urbanização de Coronel Freitas, haja vista sua proximidade com o Polo Regional Chapecó, bem como sua distribuição territorial que direta ou indiretamente influencia política e economicamente as cidades circunvizinhas.

Além disso, Coronel Freitas localiza-se em uma especificidade geográfica de relevo acentuado, com um sítio urbano formado sobre um fundo de vale, logo, observar e analisar como se formou a urbanização, bem como os elementos que a constituem é fundamental no entendimento da peculiaridade do processo de distribuição espacial e das formações superficiais.

1.1.1 Colonização de Coronel Freitas

O processo de colonização de Coronel Freitas, assim como demais municípios do oeste catarinense, seguiu a dinâmica socioeconômica de estilo ruralista, predominantemente a produção agrícola e agropecuária, abrindo espaço para o desenvolvimento industrial alimentício, em especial, o processamento de carne suína, avícola e bovina e a produção de grãos e cereais como o milho, a soja, o trigo e o feijão (SANTOS, 2015).

Conta-se a história de que o processo de colonização iniciou em meados da década de 1920, em que os colonizadores provinham do estado do Rio Grande do Sul buscando áreas para residirem e trabalharem. Como já tratado anteriormente, os gaúchos trouxeram consigo sua força de trabalho e conhecimentos técnicos de extração de madeira e criação de animais (RENK, 2006). No entanto, apesar da oportunidade de apreciação pelas terras oestinas catarinenses, a falta de incentivo governamental e a presença de conflitos entre colonos e indígenas marcaram a historicidade da região:

Território disputado durante séculos, tem presente o conflito entre agricultores e indígenas em relação ao direito às terras e foi o berço de movimentos sociais como Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA, posteriormente renomeado para Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ONGHERO, 2019, p.1).

As mobilizações sociais entre colonos e indígenas repercutiu em muitos conflitos armados, conseqüentemente em assassinatos em massa. Conta-se na história que a população indígena fora negligenciada quanto aos seus direitos humanos, devido à estigmatização de que estes não produziam e nem eram providos de cultura:

Tratados como “improdutivos” e “aculturados”, os indígenas se veem desrespeitados e discriminados não apenas pela sociedade e pelos governantes, mas também por meio da veiculação de notícias jornalísticas, por vezes acirrando os ânimos em meio aos conflitos estabelecidos com os não indígenas no Oeste Catarinense (RODRIGUES; LINO, 2021, p.2).

Todavia, esse paradigma não é recente. Facco, Lemes e Piovezana (2008) afirmam que muito antes, por volta de 1839, Pedro de Siqueira Côrtes já

chegara em território oeste e iniciou a problemática cultural entre caboclos, colonos e indígenas. Os indígenas foram encaminhados para áreas isoladas, confinadas, chamadas de aldeias. Já os colonizadores passaram a apropriar-se das terras para exploração dos recursos naturais e expansão de áreas de criação de animais e plantio de sementes e hortaliças.

Em que pese a chegada no século XX, eis que por volta de 1920, Chapecó e demais territórios próximos já eram colonizados pelos caboclos tendo “[...] como principal atividade a coleta da erva-mate, o plantio de gêneros necessários à subsistência, como milho, feijão, mandioca, batata, arroz e a criação de porcos, vacas e mulas.” (POLI, 2006, p.163).

Com um passado já marcado por disputas territoriais e o “direito” de extração, mobilização e comercialização dos recursos naturais, haja vista as batalhas sobre os indígenas, o oeste catarinense marcou a vida dos caboclos com crescimento econômico e social, rendendo-lhes, sobretudo, negócios em vendas de terras para colonos, especialmente companhias colonizadoras que possuíam maior poder aquisitivo para arrendar as terras e produzir em comparação aos caboclos (BREVES, 1985).

Sobre as companhias colonizadoras, construíram-se processos discriminatórios em relação aos caboclos que, devido a sua origem étnica e atividade econômica, eram tratados como indivíduos “atrasados”, “selvagens”, “acomodados”. Os colonos em sua grande maioria descendem da cultura europeia, o que os associava a uma visão eurocêntrica acerca do desenvolvimento socioeconômico progressista, moderno e perspicaz.

A passagem do autor Wenceslau de Souza Breves (1985, p.21) acerca da ocupação de terras no oeste catarinense é categórica:

Quando me referir a caboclos, não quer essa expressão dizer que eu queira designar índios ou somente descendentes de índios. Em Chapecó, como em outros recantos do Brasil, caboclos são os brasileiros antigos, de origem indefinida, isto é, a maioria da população, dedicada à pequena agricultura ou assalariada. Homens da mesma origem, mas que tivessem alcançado melhor situação econômica e social, como comerciantes, pequenos industriais, deixavam de ser designados por caboclos.

Santos (2015, p.16) analisando a passagem de Breves, define:

Na descrição da alimentação e do trabalho dos caboclos, Breves os

chama de atrasados por não conhecerem a enxada e por fazerem uso de técnicas, como as queimadas, para limparem a terra e poderem plantar. Criticava a moradia dizendo que era uma “desolação” e a distância das roças e paióis faziam com que perdessem mais um dia só para buscar alimento. (...) os caboclos acreditavam que viver como intrusos, nas terras do Estado ou de particulares, lhes dava o direito de posse da terra [...].

Nesse sentido, os caboclos eram resistentes em suas ideologias, pois concebiam que a apropriação das terras lhes concedia direito sobre elas. O que de fato não era cabível, haja vista a necessidade de torná-la legal para a produção e, utilizando-se de técnicas agrícolas adequadas, altamente rentável para a região.

De tal modo, as companhias colonizadoras uniam-se para adquirirem as terras mais férteis, passando então a utilizarem a mão-de-obra cabocla. “Com a ocupação das terras mais férteis, a alternativa dada aos caboclos era a de trabalhar para as empresas colonizadoras, o que acarretou na perda da mobilidade e da independência que possuíam antes” (SANTOS, 2015, p.17).

Eis que então os colonos, oriundos de famílias imigrantes da Europa, em busca de oportunidades mais sólidas para sucesso, progresso e qualidade de vida, passaram a ocupar as terras ocidentais catarinenses. Considerando que as terras da região eram férteis, desprovidas de lei e de história permeada por violência entre ocupantes, a ocupação pelos colonos possibilitaria o desenvolvimento regional, a organização sociocultural e a modernização das atividades econômicas.

A ideia de civilizar continha um forte sentimento de superioridade do modo de vida europeu em relação ao continente latino-americano, sendo essa ideia a grande propulsora do ingresso de estrangeiros no Brasil. Além disso, as teorias racistas criadas nos Estados Unidos e na Europa a partir da segunda metade do século XIX defendiam a superação das “raças inferiores” – negros, asiáticos, indígenas – através da substituição pelas “raças superiores” – europeus do norte e norte-americanos (SIMONI, 2003, p.33-34).

O processo de colonização no Oeste do estado teve como ponto de partida os próprios migrantes do Rio Grande do Sul. Àqueles que atendiam os requisitos do governo, eram recrutados e selecionados para que migrassem à região e estabeleceram residência, comércios e atividades econômicas. As companhias responsabilizavam-se pela veiculação publicitária, visando atrair a maior quantidade de colonos possíveis, que estivessem com idade precoce e

almejavam desenvolver-se pessoal e profissionalmente (NODARI, 2002).

As principais empresas envolvidas neste processo foram: Ernesto F. Bertaso, Irmãos Lunardi e *Brazil Development and Colonization Company*, conforme observável no quadro 1. Deste pressuposto, os indivíduos mais jovens eram atraídos para a região oeste de Santa Catarina, adquirindo suas terras, sob a expectativa de alcançarem independência, prosperidade e desenvolvimento econômico para si e para a família (RADIN, 2005).

Quadro 1 - Empresas colonizadoras do Oeste de Santa Catarina

Colonizadora	Sede	Área de Atuação
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro; Joaçaba; Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia	Rio Grande do Sul	Cruzeiro; Joaçaba; Chapecó
Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso	Rio Grande do Sul Santa Catarina	Chapecó e áreas próximas
Companhia Territorial Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó e Extremo Oeste
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia.)	Rio Grande do Sul	Cruzeiro; Joaçaba
Empresa Chapecó – Peperi Ltda	Rio Grande do Sul	Chapecó; Mondaí
Volkverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó; Porto Novo; Itapiranga
Barth, Beneti & Cia Ltda	Rio Grande do Sul	Chapecó e região de São Miguel do Oeste
Angelo di Carli, Irmão & Cia	Rio Grande do Sul	Cruzeiro; Joaçaba; Chapecó
Nardi, Bizzo, Simon & Cia	Rio Grande do Sul	Cruzeiro; Joaçaba; Chapecó
Irmãos Lunardi	Rio Grande do Sul	Chapecó
Empresa Povoadora e Pastoral Theodore Capelle	São Paulo	Cruzeiro; Joaçaba; Concórdia
Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó; Itaberaba; Itacorubá

Fonte: Adaptado de Nodari (2009, p.37).

Estabelecidos na região, os colonos passaram a distribuir-se de acordo com as terras disponíveis pelas companhias. A falta de estradas para transporte de bens e a escassez de moradias fez com que comunidades se

2. O PROCESSO SOCIOESPACIAL: CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A análise do processo socioespacial da urbanização brasileira é tema de muitos trabalhos científicos que buscam entender cada elemento para uma determinada configuração do espaço urbano. Com isso, esta pesquisa vem para suprir uma lacuna nos trabalhos científicos sobre a urbanização de cidades circunvizinhas a Chapecó, aqui em destaque para a cidade de Coronel Freitas.

Primeiramente se faz necessário a conceituação de temas importantes para a geografia urbana. Corrêa (2005) em seu livro “O Espaço Urbano” elucida sobre o que configura uma cidade, seja ela grande ou pequena.

As cidades são em voga capitalistas, apresentando usos diferentes da terra. Nas cidades se estabelecem áreas centrais onde atuam os comércios, os serviços e gestões administrativas públicas; áreas industriais dedicadas ao estabelecimento de fábricas onde as pessoas laboram; áreas residenciais distintas, sob forma e conteúdo estritamente social, de lazer e expansão populacional (CÔRREA, 2005).

Todo o conjunto de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos fazem parte da realidade espacial de uma cidade. O autor explica que mesmo que os espaços sejam fragmentados, onde a organização segue a rigor um “padrão”, de todas as formas é articulado pois, direta ou indiretamente se relacionam em níveis de intensidade diferentes (CÔRREA, 2005).

Isso significa que as cidades são espaços/locais transformados pela ação humana em que as pessoas e organizações utilizam-se da terra para construir, modificar, arquitetar e moldar de acordo com as necessidades. O ser humano possui uma perspectiva sobre o local onde reside e, ao passo em que modifica o espaço para atender suas vontades e necessidades, acaba por passar a interpretá-lo de forma distinta, dando maior valor, como Oliveira (2018, p.1) explica:

Ao contrário do que se imagina, o capitalismo não destruiu os sistemas socioespaciais; acolheu a construção social do espaço com uma nova e forte racionalidade econômica para a interpretação do próprio mundo. O que se quer dizer é que as instituições, as normas e as ideologias cimentam as práticas sociais a ponto de lhes dar uma identidade. São processos sociais que ganham vida e

materializam-se no espaço. (...) Em sua mudança de postura da ideologia social em relação ao seu lugar de morada, a sociedade revela novos modos de interpretar onde mora, e isso significa um constante processo que altera o valor do que constitui o espaço.

No que diz respeito à formação socioespacial, são os conteúdos e os valores atribuídos pelo homem a determinada localidade, em suas múltiplas dimensões, que constroem a história de uma região ou cidade. Logo, a socioespacialidade é relativa “[...] a classes ou grupos sociais e ao espaço que essas classes ou grupos ocupam” (DICIO, 2023).

Já o espaço urbano nesse sentido, nada mais é que o resultado da união entre o natural e o artificial, aquilo que é da própria natureza e aquilo que foi transformado pelas mãos humanas. Nesta dinâmica, o cenário urbano se apresenta pela técnica (na infraestrutura por exemplo) e pelo social (organização de colônias, agregados populares, comunidades culturais, etc):

É a construção social o motor que acelera o processo histórico que elege as formas a serem preservadas atribuindo conteúdos e valores, um sistema de valores que desnaturaliza valores históricos socioespaciais locais e os traz para a esfera da política, da construção civil e do setor imobiliário. Os novos valores são carregados de intencionalidades, ideologias e propósitos não explicitados claramente e que se apropriam do espaço urbano. (...) Verifica-se que a construção do espaço geográfico é carregada de contradições e é nele que se expressam e reproduzem-se as contradições sociais. O espaço urbano é produzido como produto, uma condição geral do processo produtivo. A materialidade dessas contradições se dá no desenvolver das estratégias e práticas dominantes do modo como há a reprodução do capital em várias escalas do espaço para a própria manutenção do capitalismo. Dessa forma, cria-se a necessidade da apropriação universal da natureza pela sociedade, bem como o estabelecimento do próprio vínculo social entre os membros da sociedade. (OLIVEIRA, 2018, p.2).

Ao compasso da asserção supracitada, entende-se que o espaço urbano é uma recorrente do capitalismo e da forma em que se organiza a sociedade para que haja subsídios à vida humana num determinado local. Chama-se de infraestrutura básica aqueles elementos que configuram o habitat do ser humano, como exemplo a alimentação, a moradia, a segurança e o conforto.

Ou seja, é preciso que o Estado torne acessível a construção de edificações comerciais e industriais, para que haja oportunidade de trabalho para a população local. Somente com o exercício do labor é que se torna possível acessar a economia, consumir produtos/serviços para manutenção da

vida. Ainda, é preciso que haja disponibilidade de terra para a construção de residências, haja vista que as pessoas precisam de locais apropriados para viverem com suas famílias, salvaguardando seu direito à segurança.

Para Corrêa (2005) o espaço urbano pode ser concomitantemente fragmentado e articulado, como uma forma de expressão espacial de processos sociais sob o reflexo da sociedade capitalista. Está dividido em áreas segregadas que reproduzem a complexa estrutura social em classes, a exemplo: a baixa, média baixa, média, média alta e alta. Ou seja, as áreas são divididas de acordo com a ordem de classes econômico-sociais em sua maioria, fazendo jus ainda aos aspectos culturais onde pessoas que vivenciam um mesmo meio, cultura ou estilo de vida, acabam por residirem/trabalharem nas proximidades.

Conforme complementa o autor: “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente.” (CORRÊA, 2005, p.8). Desse modo, a configuração do espaço urbano pode ser um atenuante do futuro, voltado ao passado. Um reflexo daquilo que foi vivenciado historicamente em tempos mais antigos, por familiares, parentes e conhecidos. A formatação do “hoje” é uma representação do “ontem”.

Geograficamente, o espaço para Santos (1996, p.71) é:

[...] um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

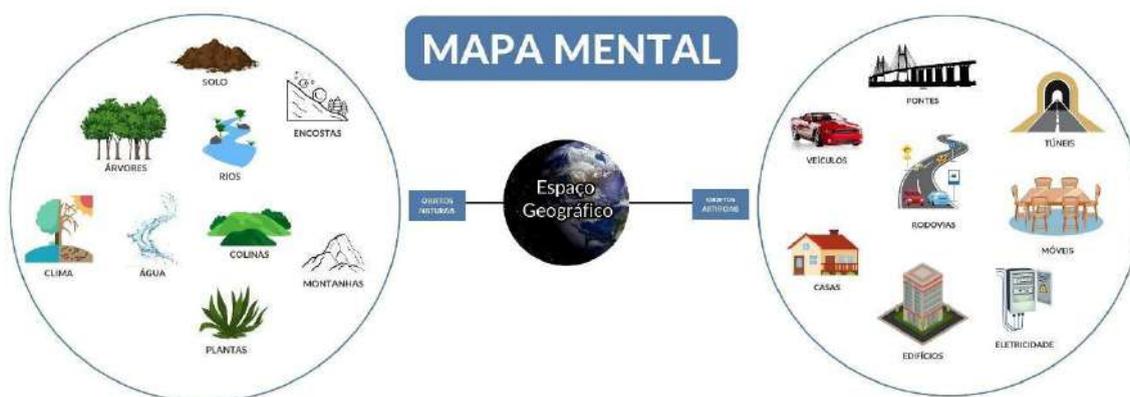
Sobre isso, os objetos que são manipulados pelo ser humano são os artificiais, aqueles criados a partir de matérias-primas, projetos e instrumentos, visando ajustá-los para as necessidades da vida social, como exemplo: carros, casas, rodovias, instalações elétricas e hidráulicas, adubação de solos, plantações de grãos e cereais, etc. São ferramentas, equipamentos e máquinas, dispositivos e utensílios voltados à promoção da qualidade de vida humana em âmbito social (SANTOS, 2004).

Já os objetos naturais são oriundos da própria natureza, mantendo sua

forma original, sem que haja a intervenção da manipulação humana. Estes objetos podem ser perfeitamente vislumbrados em rios, cachoeiras, matas nativas, montanhas e colinas, na própria terra, entre outros. São elementos que consistem próprios ao planeta, podendo então servir de matéria-prima para a transformação do meio (SANTOS, 2004).

Desse modo, de acordo com a asserção de Santos (1996), o espaço geográfico, aquele ocupado ou não pelo ser humano, condiz com o meio em que se percebem configurações (paisagens) naturais atreladas às configurações artificiais. A figura a seguir demonstra nitidamente as diferenças entre os objetos que constituem o espaço geográfico.

Figura 10 – Diferença entre objetos naturais e artificiais



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Segundo Carlos (2001), o espaço urbano é uma reprodução de como o capitalismo interfere na vida humana, por meio da geração de capital (dinheiro ou patrimônio), da produção de bens (mercadorias em geral) e da reprodução da vida do homem que, indiscutivelmente, advém da relação laboral, dialogada direta ou indiretamente com o meio. Assim, o espaço se torna “[...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade” (CARLOS, 2001, p.11).

Para Degrandi e Silveira (2011), o espaço urbano é uma união entre duas dimensões específicas: a primeira, técnica, em que se constituem o plano material dotado de estruturas concretas, metálicas; a segunda, abstrata, em que se atribuem valores, estigmas, percepções imateriais, não palpáveis. Não se pode conceber o espaço urbano somente por uma ou outra dimensão, pois

o ser humano se relaciona diretamente com o meio, transformando-o continuamente. E, ao passo em que modifica o meio, molda a si mesmo, sua percepção sobre o espaço e sobre a sociedade.

Isso significa que o ser humano pode perfeitamente adentrar determinado local e iniciar um processo de transformação gigantesco. Um local antes inexplorado pode tornar-se um espaço de interação social, integralização cultural e política. Com a união entre pessoas e a visão de desenvolvimento é possível modificar todo um cenário “inerte” em um espaço amplo, dinâmico e plural (DEGRANDI; SILVEIRA, 2011).

Asserção que se ajusta à percepção de Santos (1982b; apud DREGRANDI; SILVEIRA, 2011, p.11) que concebe o espaço não mais “[...] como uma simples tela de fundo, como palco, inerte e neutro, como se fosse separado da história humana”. O espaço, portanto, passa a ser visualizado como território utilizado pelo ser humano, no caso, um ator que protagonizou inúmeros elementos que fazem parte do cotidiano. O meio se manifesta sob o humano e este se adapta ao meio que habita, logo, o espaço possui papel ativo para com a sociedade e suas correlações (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Para Santos (2002, p.15-16) “[...] o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. (...) É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. O que significa que o território, por si só, é apenas um local. No entanto, quando ele precede de habitação humana, torna-se muito mais do que terra e sim um meio, onde acontecem as relações sociais, as experiências humanas, demandas políticas e atividades econômicas. O território habitado deve ser analisado pois, uma vez que se torna recinto para a população, estabelece relações de poder, hierarquias, dinâmicas de inclusão e outras nuances sociais de suma importância para o desenvolvimento humano.

Para assim dizer então, o território habitado – espaço urbano – repercute a existência de níveis de classes, de escolaridade, de habilidades técnicas, de competências sociais e de propriedades. Está submetido a ordenamentos jurídicos, restrito ao segmento de legislações e regulamentações, observando as normas e diretrizes locais, norteado pelas políticas administrativas-participativas. Lembrando que cada território possui suas próprias características socioespaciais e morfológicas, o que lhes

concebe aptidão para exercer poder político e administrativo de acordo com a necessidade. E a população que ali se faz presente deve, concomitantemente, seguir as regras estabelecidas (SPOSITO; SPOSITO, 2020).

É preciso compreender todo o processo de construção socioespacial, desde o que se enquadra no âmbito técnico para com o que se ajusta ao sociocultural, justaposta a ideia de que “[...] na análise urbana, insistir apenas no aspecto da fragmentação é ocultar a dimensão das trocas, dos encontros, da mistura social que está na base de toda vida social” (RHEIN; ELISSALDE, 2004, p.125).

Diante dos expostos eis que se modula o próximo tópico do presente estudo, haja vista a importância de entender a dinâmica do espaço urbano enquanto meio de interações sociais. A cidade a ser analisada nesta pesquisa se configura de caráter capitalista e, apesar de pequena na sua quantidade populacional já se observam problemas tipicamente urbanos, devido à fragmentação, articulação, reflexos e condicionantes sociais. Lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem, interferindo na modificação do espaço, tornando-o mutável e ainda assim com permanente desigualdade socioespacial.

2.1 O ESPAÇO DAS CIDADES

Para entender a complexidade envolvida na produção do espaço urbano capitalista, primeiramente precisa-se entender quem são os agentes sociais que transformam as cidades. Segundo Corrêa (2005, p.11), o espaço urbano é um resultado de ações humanas sob o meio, conforme segue:

[...] um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 2005, p.11).

Esses agentes modeladores do espaço usam estratégias e ações concretas para desempenharem seus papéis dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles, mas esta não acontece de forma neutra, existe uma relação de interesses dominantes por parte de pelo menos um dos agentes,

entre eles os proprietários dos meios de produção, sobretudo, as grandes indústrias e grandes empresas comerciais que em decorrência de suas atividades são consumidores de grande parte do espaço.

São eles os proprietários fundiários que estão especialmente interessados na transformação da terra rural em terra urbana, isto é, focam na expansão do espaço da cidade, pois vislumbra maior lucro, o que importa é o valor de troca da terra e não o seu valor de uso especificamente, fazendo pressão ao Estado na instância municipal ao interferirem no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano.

Segundo Côrrea (2005) por promotores imobiliários se incluem um conjunto de agentes que realizam parcial ou integralmente diversas operações no âmbito da construção civil, dentre elas a incorporação imobiliária, financiamento, estudo técnico, a construção física do imóvel e a comercialização das obras. Já o Estado atua “[...] como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser um agente de regulação do uso do solo e alvo dos movimentos sociais urbanos” (CORRÊA, 2005, p.12).

E ainda existem os grupos sociais excluídos que não dispõem de elevada renda para adquirir um imóvel, mesmo a habitação sendo um desses bens cujo acesso é um direito. Para os vulneráveis ficam como possibilidades de moradia os lotados cortiços localizados próximos ao centro da cidade, velhas residências, casas produzidas no sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos ou ainda em conjuntos habitacionais construídos por meio de política pública estatal.

Os grupos sociais excluídos tornam-se com efetividade agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço de forma independente e desconsiderando os outros agentes - como uma forma de resistência e uma estratégia de sobrevivência na sociedade capitalista. Esses grupos se apropriam de terrenos - usualmente inadequados para os outros agentes - como encostas íngremes e áreas alagadiças, muitas em situação de risco.

Já em uma abordagem sociológica, Castells (1983) explica que o fenômeno urbano se refere à concentração espacial de uma população, com certos limites de dimensão e densidade. Esse fenômeno apresenta uma difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, denominado

“cultura urbana” que, em voga, nada mais é que o sistema de “valores” atribuídos dentro da sociedade capitalista.

Enquanto dimensão espacial, a medida em que a cultura se desenvolve devido à aglomeração de pessoas com mesmas capacidades econômicas, hábitos, estilos de vida, entre outros, a urbanização tem sua melhor e mais nítida expressão demonstrada. No caso, a urbanização nada mais é que o resultado das ações dos homens sob o meio, sejam elas planejadas ou não.

O urbano designaria então uma forma espacial de ocupação do espaço por uma população, a saber o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior. (CASTELLS, 1983, p.40).

De acordo com o supracitado, para entender o processo de urbanização, a cultura, a presença de atividade industrial (técnica produtiva), valores fundamentados no modernismo e desenvolvimento econômico, são fatores fundamentais de observação, sobretudo no que diz respeito a como o espaço é produzido.

Toma-se essa passagem como fonte para justificar a condução da presente pesquisa que tem como objeto a cidade, espaço urbano configurado pelas mãos humanas. A cidade para Castells (1983, p.42) é:

[...] a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Quer dizer, estas cidades só podem existir na base do *excedente* produzido pelo trabalho da terra. Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho.

Em que pese a etimologia da palavra, Lacoste (2005, p.21:80) evidencia que cidade advém do latim “*civitate*” e “*civitas*”, originando assim cidadão e civilização. Já a palavra urbano tem por origem o latim, denominado “*urbs*” que tem por significado cidade.

Já Rolnik (1988, p.3) explica o espaço urbano enquanto conjuntura que constitui uma cidade e que, mesmo que indesejado, acaba que o processo de urbanização ao tomar o território, urbaniza as próprias pessoas que ali habitam, modificando seus modos de viver e relacionar-se:

O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e

definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo. Na busca de algum sinal que pudesse apontar uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, a imagem que me veio à cabeça foi a de um ímã, um campo magnético que reúne e concentra os homens (ROLNIK, 1988, p.3).

O que a autora justifica é que a partir do momento em que o ser humano passa a se organizar, seja para o exercício do trabalho ou para qualquer prática social, automaticamente surge a necessidade de construir estruturas que acolham essas pessoas, mas, não somente, normas, diretrizes e regras que expressam direitos, deveres, limites e possibilidades para a interação humana. Eis que a partir disso surge a política, enquanto meio de articular decisões para o “bem” de todos.

Portanto, a cidade é o lugar geográfico onde se situa a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um estágio de desenvolvimento técnico e social de certa ordem, que apresenta uma diferenciação do produto em reprodução simples e diversificada da força de trabalho, estabelecendo um sistema de distribuição e de troca em um sistema de classes sociais, com um sistema político, permitindo o funcionamento do conjunto social e no domínio de uma classe (CASTELLS, 1983).

Castells (1983, p.45) relata nesse contexto que “[...] o elemento dominante é a indústria, que organiza inteiramente a paisagem urbana”. Logo, é assim que as cidades atraem a indústria com a mão de obra e mercado que, por sua vez, desenvolve novas possibilidades de empregos e dinamiza serviços.

2.1.1 Relação da sociedade com as cidades pequenas

O fenômeno da urbanização intensificou-se desde a Revolução Industrial, quando as populações rurais passaram a migrar para as grandes metrópoles em busca de trabalho e melhores condições de vida. Com o passar dos séculos, o processo de alocação residencial e industrial atingiu todas as partes do mundo, concebendo o urbano não apenas nos grandes e médios

centros, mas também nas pequenas cidades (LEFEBVRE, 2001; MACHADO; ANDRADE; COTRIM, 2021). Conforme Fernandes (2018, p.14) revela:

O urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades e os estudos acadêmicos não devem contemplar apenas elas e as áreas metropolitanas. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. Além da acadêmica, as políticas públicas, a imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua expressiva quantidade, diversidade e, principalmente, seus problemas.

Partindo dessa reflexão, eis que se molda a importância de entender como a sociedade se relaciona com as cidades pequenas, durante a transição do meio rural para o urbano que acaba por expandir de modo a tornar o próprio espaço rural urbano.

Santos (2002) enfatiza que muitas cidades foram formadas devido ao agrupamento de pessoas, primeiramente em forma de comunidades. Esses povoados tinham como atividade predominante a agricultura e perpassa as técnicas agrícolas uns para os outros, proporcionando oportunidade de comércio de produção. Nas cidades também se apresentavam outros tipos de atividades econômicas, muitas dessas voltadas a fornecer recursos para a agricultura, manutenção de ferramentas, vestuário e outras não agrícolas.

A partir dos anos 1970, a urbanização em território brasileiro acabou por deslocar-se dos centros urbano-industriais para os arredores, especialmente em São Paulo, configurando assim as novas pequenas cidades. O surgimento das pequenas cidades se deu devido à distância e a necessidade de locomoção das pessoas para os grandes centros, o que prejudicava o fluxo, necessitando assim de infraestrutura local, mais próxima, para obtenção de qualidade de vida (MONTE-MÓR, 2006).

Desse modo, o capitalismo e suas atividades econômicas associadas já estavam integrados a outros espaços, não tão urbanos. Esses espaços passaram a alocar fábricas, comércios e outros tipos de atividades, conjuntamente com o cenário agrícola e pecuarista. Os espaços urbanos passaram a mesclar-se com os espaços rurais, condicionando as regiões brasileiras a uma experiência do concreto, do material, concomitantemente dos problemas que a crescente e rápida transformação espacial trouxe

(MONTE-MÓR, 2006).

Segundo Corrêa (2005), uma cidade se caracteriza como pequena por estar inserida numa área/região/rede urbana. As relações que possui internamente, dentro de seu espaço, e as relações que constrói com as demais cidades aos arredores são fatores que lhe posicionam no território regional.

É preciso considerar, também, que as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem na rede; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista e fazem parte – e são influenciadas por – do fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital (FERNANDES, 2018, p.14).

Nesse direcionamento, a sociedade se relaciona com a cidade pequena de acordo com as suas perspectivas e objetivos, ou seja, as desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais muitas vezes se manifestam devido a discrepância de interesses entre a população. Melo (2008) explica que as cidades pequenas podem ser classificadas em quatro tipos específicos, conforme o quadro 2 demonstra.

Vale salientar que ao mesmo tempo em que a sociedade modifica sua forma de agir, atividades e necessidades, a cidade se transforma concomitantemente. Para Carlos (1997) e Manfio (2019), a cidade nada mais é que a realização do ser humano para com o meio, uma criação submissa a reformulação, configuração e modelagem histórica. Apresenta-se materializada, em forma de concreto, madeira ou gesso, em casas, edificações, rodovias, veículos e serviços; em forma abstrata, pelas expressões culturais, estilos de vida, hábitos e regulamentações, em leis, grupos sociais, manifesto, entre outros.

A sociedade é parte do meio e o meio é a criação da sociedade, conforme Ribeiro (2005, p.63) esboça:

[...] a cidade espelha a obra humana. Ela é resultado da integração social, do conhecimento de técnicas que permitem a manipulação de recursos naturais e da cultura em suas diversas manifestações. Ela é resultado desta teia de relações humanas.

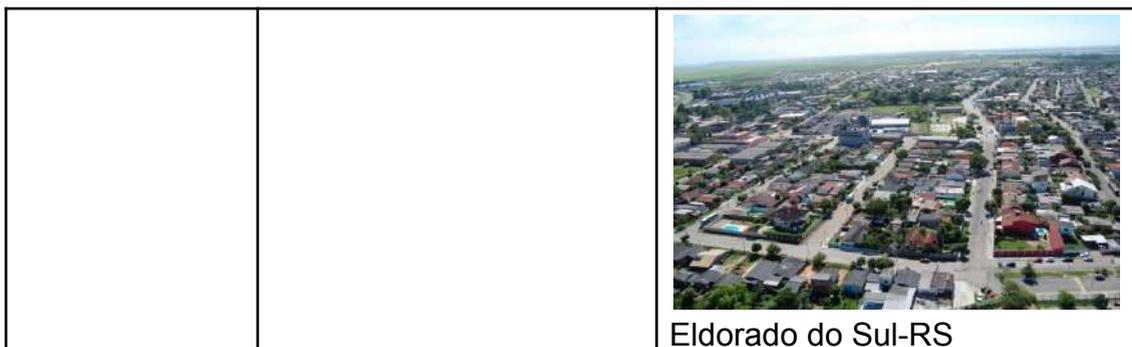
Assim, não há como conceber a cidade se não como sendo um produto desenvolvido pela sociedade. E, por assim ser, nenhuma cidade é igual a outra.

Suas diferenças estão nitidamente apresentadas por tamanho, população, função, atividade econômica, serviços, infraestrutura, culturas e etnias.

As cidades pequenas especificamente são aquelas com um número populacional inferior, comumente abaixo de 100 mil habitantes no caso brasileiro. Normalmente essas cidades são dependentes de grandes centros para suprirem necessidades voltadas à saúde, educação e segurança. Atendem com escassez a população local, com atividade econômica predominantemente agrícola.

Quadro 2 – Classificação das cidades pequenas

Classificação	Descrição	Ilustração
Tipo 1	Inserem-se em áreas com economias diferentes, atendendo a demanda da população local.	 <p>Abelardo Luz-SC</p>
Tipo 2	Operam como armazéns de mão-de-obra para determinadas atividades, dotada de migração de pessoas aptas ao trabalho; normalmente sustentadas pelo Estado.	 <p>Ipumirim-SC</p>
Tipo 3	Inserem-se em cenários históricos, turísticos e com eventos socioculturais, religiosos, entre outros.	 <p>Treze Tílias-SC</p>
Tipo 4	Inserem-se no contexto regional metropolitano.	



Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Melo (2008) e Manfio (2019).

Apesar disso, a população das cidades pequenas desfruta de moradia, lazer e segurança, constrói relações comerciais, possui administração pública efetiva, igrejas, escolas, agências bancárias, postos de combustível. Ainda, utiliza rodovias para transporte de cargas, tem acesso à internet, estabelece relações comerciais intermunicipais e interestaduais. Sobretudo, abarca riquezas em detalhes, sensações e sentimentos, associados às memórias e lembranças de uma história social, da cultura local (agrícola em sua maioria) e das pessoas que ali residiam algum dia, coisa que, às vezes, passa despercebida nos grandes centros urbanos (MELO, 2008; MANFIO, 2019).

Nesse direcionamento é que se estrutura o presente estudo, tendo em vista a necessidade de prioritariamente compreender a configuração do espaço urbano das cidades pequenas, em especial de Coronel Freitas, para que se possa aprofundar a análise da espacialidade e da morfologia local, considerando a segregação daqueles que ocupam encostas em situação de risco e vulnerabilidade, distantes do espaço urbano mais desenvolvido.

3. O ESPAÇO URBANO DE CORONEL FREITAS

Tratar do fenômeno da urbanização não é uma tarefa fácil pelo motivo de que lidamos com a complexidade deste processo, com vários fatores e agentes envolvidos em um mesmo espaço que agem modificando-o continuamente, sobretudo neste caso em que se trata de uma cidade de pequeno porte inserida em contexto regional mais complexo. Nesse sentido, é válido ressaltar que buscaremos iniciar do micro, isto é, do local, para entender o macro, ou seja, o regional e, a partir daí, abordaremos também, mas com menos afinco, certa estrutura da rede urbana em que Coronel Freitas se encontra.

Então, afinal, o que faz de uma cidade uma cidade? Uma indagação muito pertinente para o presente assunto, e já previamente introduzido pela contribuição de Souza (2003), para quem definir a cidade é muito complexo, pois é um objeto de estudo que requer abstração.

No presente caso, tem-se um parâmetro para buscar entender a cidade, isto é, saber qual cidade se está analisando. Todavia, não é necessário caminhar desde as mais remotas cidades da antiguidade até as contemporâneas. Apesar de a literatura sobre cidades ter aumentado ao longo dos séculos XX e XXI, sempre há controvérsias no que tange ao conceito e Souza (2003) se encarrega de fazer uma aproximação, mesmo que generalizada, do tema.

Souza traz a discussão do sociólogo Max Weber, descrito para um debate seminal sobre a natureza das cidades, em que diz que a cidade é primevo e de essência um *local de mercado*, “[...] toda cidade é um local de mercado, onde se dá um intercâmbio de mercadorias” (SOUZA, 2003, p.15).

O economista e geógrafo alemão Walter Christaller, por sua vez, contribui de maneira relevante, introduzindo o conceito de *localidade central*. Em que: “Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, (...) uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade - ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta (...)” (CHRISTALLER; apud SOUZA, 2003, p.17). Embutida na coerência urbana, o solo deste espaço é o suporte para atividades de produção industrial, isto é,

indústria de transformação e construção civil, às atividades terciárias, de habitação e circulação, sendo ruas, avenidas e outros.

Christaller ainda caracteriza o termo “centrípeta”, movimento que ocorre nas cidades, em que a área central de negócios “[...] atrai os consumidores de todo o tecido urbano, fazendo com que as atenções dos cidadãos se voltem para o centro do assentamento, e não para as suas franjas.” (CHRISTALLER; apud SOUZA, 2003, p.19).

Essa expressão “centrípeta” foi usada também por um autor norte-americano, C. C. Colby ainda na década de 1930, mas para aludir “[...] às forças que estimulam a descentralização das atividades econômicas na escala da cidade, dando origem, por exemplo, ao aparecimento dos chamados *subcentros de comércios e serviços*.” (COLBY; apud SOUZA, 2003, p.19).

Assim sendo, a cidade é vista como “centro de gestão do território” com a presença das sedes de empresas (privadas e estatais). Mas somando a isso, a cultura exerce um papel de destaque na produção do espaço urbano e na valorização de uma cidade para além dos limites físicos. No âmbito:

[...] uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é o local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar. (SOUZA, 2003, p.28).

Já no que diz respeito aos aglomerados subnormais, presentes nas cidades, o IBGE é claro em sua definição: “É o termo aplicado pelo IBGE para designar um recorte territorial caracterizado por moradias construídas fora do padrão legal, dificuldade de acesso a serviços básicos e padrão urbanístico diferentes daquele da cidade à sua volta.” (IBGE, 2018, p.18)

Assim, em que pese os censos demográficos do IBGE, no período de 1991 a 2010 os setores urbanos classificados como aglomerados subnormais aumentaram em mais de 60% a sua população, isto é, um salto de quase 7 milhões para 11,4 milhões de pessoas moradoras nesses espaços.

Esse retrato da realidade visa a geração de indicadores para o objetivo do desenvolvimento sustentável (ODS), que busca garantir o acesso de todos a

habitação segura, adequada e com preço acessível, bem como os serviços básicos, cujo objetivo é urbanizar as favelas até 2030.

A definição “aglomerados subnormais” foi estabelecida em um fórum de especialista no ano de 1987 e aplicado pela primeira vez no censo demográfico de 1991. De fato, trata-se de um conjunto de habitações inseridos na estrutura urbana em delimitada área, no entanto, chamado de subnormal, pois não condiz com os parâmetros estabelecidos pelo plano urbanístico municipal e tem déficit de acesso à serviços básicos.

O trabalho do IBGE deu continuidade com o uso do conceito e no censo de 2010 foi possível produzir dados específicos desse tipo de localidade, conforme asserção:

A divulgação de informações referente a este tema é cada vez mais necessária para a identificação de problemas de habitação e serve de subsídio para ações governamentais em diversas escalas. Os dados censitários divulgados por áreas de aglomerados subnormais tornam o IBGE umas das poucas instituições mundiais a dar visibilidade a este tema. (NOVAES; apud IBGE, 2018, p.19).

Já no que diz respeito à caracterização dos aglomerados subnormais, enquadram-se três parâmetros citados pelo IBGE (2018, p.19):

Moradias construídas sem permissão legal, em terreno público ou privado (situação que pode ser regulamentada posteriormente); Padrão urbanístico desordenado, manifestado em ruas irregulares, lotes e terrenos desiguais, ausência de calçadas e pavimentação nas ruas; Ausência ou precariedade de pelo menos um dos quatro serviços básicos: abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário.

No que se refere a Coronel Freitas especialmente, o mapa de classificação preliminar dos aglomerados subnormais (Anexo 4) demonstra que o percentual de domicílios em relação ao total de domicílios que se enquadram nesta característica é entre 2% e 5%, representado pela cor verde.

Vale ressaltar que estes domicílios estão a distâncias significativas dos Estabelecimentos de Saúde de Atenção Primária e outros pontos de acesso às necessidades básicas humanas, o que os torna ainda mais vulneráveis. Estão, portanto, irregulares nos fins de ocupação, seja de propriedade ou alheio, privado ou público. Necessitam, conseqüentemente, de recenseamento e política públicas para resolução dos problemas.

3.1 MOMENTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CORONEL FREITAS

Historicamente, a cidade de Coronel Freitas seguiu o mesmo percurso de desenvolvimento espaço-social que Chapecó, concomitantemente aos demais municípios que ficam alinhados na divisa territorial. Localiza-se “[...] na zona fisiográfica do Oeste do Estado, 26°50’ de latitude Sul e 52°45’ de longitude W.GR, a uma altitude média de 400 metros acima do nível do mar.” (IBGE, 2023, p.1).

Conta-se a história que a formação de Coronel Freitas iniciou por meio do processo de colonização onde os primeiros colonos fixaram residências em unidades territoriais específicas, chamadas de propriedades, em que abarcavam suas atividades econômicas. Nessas propriedades os colonos exerciam o plantio, semeadura e colheita de alimentos *in natura*, como também atuavam na extração da madeira que lhes pertencia, deslocando os cortes rumo ao Rio Uruguai (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023).

As famílias ficavam responsáveis cada qual por suas propriedades, com áreas sem definição específica de metragem. Cada família adquiria a área de acordo com a disponibilidade da companhia e dos acordos firmados para o pagamento da dívida, sob bens alienáveis ao imóvel (CÔRREA, 2005). Assim, configurava-se a primeira menção de Coronel Freitas, num cenário predominantemente rural.

As primeiras edificações a se instalarem no centro de Coronel Freitas foram a Igreja Matriz e os comércios locais, que tinham como objetivo atender a demanda populacional oriunda da instalação das indústrias agrícolas e agropecuárias que se espalhavam por todo o território municipal. A população rural por sua vez, finda a extração da madeira, acabou por praticar o que se chama de êxodo rural e migrar para o centro municipal.

No que diz respeito à infraestrutura especialmente, as casas eram predominantemente construídas em madeira e as poucas edificações de concreto existentes ali já sinalizavam uma mobilização para a emancipação municipal que só ocorreu de fato no dia 6 de outubro de 1961, pela Lei Original n.º763 (BRASIL; CORONEL FREITAS, 2023).

Através da figura 11, percebe-se que a própria iluminação pública ainda

era muito precária e as estradas de chão batido, condizente com um cenário municipal que necessitava desenvolver-se social e economicamente, para assim então tornar-se mais atrativo para investidores e confortável para a população local. A população que já residia na localidade iniciava seu processo de transição socioespacial, visando tornar o cenário mais prazeroso, dotado de produtividade para gerar rentabilidade e lazer para satisfazer as necessidades humanas.

Figura 11 – Coronel Freitas antes da emancipação



Fonte: Brasil; Coronel Freitas (2023).

Mais adiante, após a emancipação, advieram muitas conquistas para o município. Além de sua expansão territorial e a disposição de múltiplas residências nos arredores centrais adentrando as matas nativas, instalaram-se, portanto, a Igreja Matriz (figura 12-A), a edificação da Prefeitura Municipal (figura 12-B), pontes de acesso sobre o Rio Taquaruçu – que passa pelo perímetro urbano – e o Rio Chapecó que segue curso na direção sudeste, especialmente a que conecta os municípios de Coronel e União do Oeste (figura 13-A), portal de entrada (figura 13-B) e a renovação dos postes de distribuição elétrica para pré-fabricados e as pequenas indústrias e comércios locais (figura 14).

Figura 12 – Igreja Matriz de Coronel Freitas-SC (A)



Fonte: Mapio.Net (2018).

Figura 12 – Prefeitura Municipal de Coronel Freitas-SC (B)



Fonte: Gazeta do Povo (2022).

Figura 13 – Pontes de acesso sob o Rio Chapecó em Coronel Freitas-SC (A)



Fonte: Clicoeste (2021).

Figura 13 – Portal em Coronel Freitas-SC atualmente (B)



Fonte: Alves (2019).

Foram iniciativas que visam garantir o atendimento à qualidade de vida para a população local, bem como atrair mais populares a fixarem domicílio na cidade.

Figura 14 – Vista parcial comercial de Coronel Freitas-SC

Fonte: Do arquivo da autora (2023).

Vale ressaltar que esses avanços só se tornaram possíveis com a força motriz da economia municipal, gerida e fornecida pelas indústrias agropecuárias e agrícolas que circundam a localidade. De acordo com o *Ranking das 50 maiores empresas em Coronel Freitas/SC* desenvolvido pelo EmpresAqui (2023), as principais organizações que atuam no município são a MCP Participações LTDA, a Foco Administradora de Bens Imóveis Próprios Ltda, a O3 Participações, a Tozzeto Móveis, a Piva Comércio e a Utzig Empreendimentos e Participações Societárias Ltda, com capital total de R\$93.807.094,00. Ao total, juntas, as cinquenta maiores empresas somam um capital bruto de R\$129.509.226,00, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Ranking das 50 maiores empresas de Coronel Freitas-SC hoje

Empresa	Capital
MCP PARTICIPACOES LTDA	R\$ 66.000.000,00
FOCO ADMINISTRADORA DE BENS IMOVEIS PROPRIOS LTDA	R\$ 13.945.000,00
O3 PARTICIPACOES	R\$ 5.958.000,00
TOZETTO MOVEIS	R\$ 3.000.000,00
PIVA COMERCIO LTDA	R\$ 2.500.000,00
UTZIG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	R\$ 2.404.094,00
VINTER TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO LTDA	R\$ 2.000.000,00
LM PARTICIPACOES	R\$ 1.700.000,00
NZ IMOVEIS LTDA	R\$ 1.687.132,00
ZATTI IND E COM AGROPECUARIA LTDA	R\$ 1.516.442,00
GOOD ALIMENTOS S.A.	R\$ 1.500.001,00

MOINHO MARTELLI LTDA	R\$ 1.500.000,00
GASPARIN COMERCIO DE METAIS	R\$ 1.365.000,00
ZATTI IMOVEIS LTDA	R\$ 1.350.000,00
GASPARIN METALURGICA LTDA	R\$ 1.284.500,00
GASPARIN & GASPARIN LTDA	R\$ 1.203.546,00
TENUTA PROCESSAMENTO E ADMINISTRADORA DE IMOVEIS PROPRIOS LTDA	R\$ 1.185.000,00
COMEL COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 1.118.000,00
NEOCON PRE-MOLDADOS ESTRUTURAIIS LTDA	R\$ 1.000.000,00
FERTICEL INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA	R\$ 1.000.000,00
ATLANTICA INCORPORACOES LTDA	R\$ 1.000.000,00
FERTICEL BIOTERRA	R\$ 1.000.000,00
MADETAL MOVEIS LTDA	R\$ 900.000,00
MARAFON MOVEIS LTDA	R\$ 800.000,00
AQUARELA LOCAAO DE IMOVEIS PROPRIOS LTDA	R\$ 600.000,00
ZOOVET AGROPECUARIA	R\$ 600.000,00
GALGO TYRES	R\$ 600.000,00
PERETTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	R\$ 600.000,00
FEF CORPORATION CONSTRUCOES & OBRAS LTDA	R\$ 600.000,00
APÓS & FILHOS ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA	R\$ 600.000,00
COMERCIAL GASPARIN LTDA	R\$ 600.000,00
Z&F IMOVEIS	R\$ 535.587,00
BUFFON EMPREENDIMENTOS	R\$ 510.000,00
SAMI CONSTRUCOES LTDA	R\$ 500.000,00
C2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	R\$ 500.000,00
CAMAQ LOCAOES & TERRAPLENAGENS	R\$ 500.000,00
AGROCORONEL COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	R\$ 500.000,00
ABS INCORPORACOES	R\$ 500.000,00
BIAZI URBANIZADORA	R\$ 500.000,00
DUQUE ENERGIA LTDA	R\$ 500.000,00
ESTANO PNEUS LTDA	R\$ 480.000,00
AGREN FERTILIZANTES	R\$ 451.000,00
COMERCIAL BRIZOT LTDA	R\$ 420.000,00
RAFAELI CONSTRUCOES	R\$ 400.000,00
ROTAVA TRANSPORTES	R\$ 400.000,00
FARMACIAS APÓS RAFAEL	R\$ 382.460,00
WLE PARTICIPACOES LTDA	R\$ 360.000,00

AUTO MECANICA BRUGALLI LTDA	R\$ 331.464,00
CELMOBILE MODULADOS	R\$ 322.000,00
ENGEMIO ENGENHARIA	R\$ 300.000,00
Total	R\$ 129.509.226,00

Fonte: Adaptado de EmpresAqui (2023).

Conforme as residências, comércios e indústrias foram se instalando, os projetos de infraestrutura municipal abrangeu o espaço urbano. Atualmente, a malha viária de Coronel Freitas possui 374.710m de extensão total, distribuídos numa extensão territorial de 233,968km².

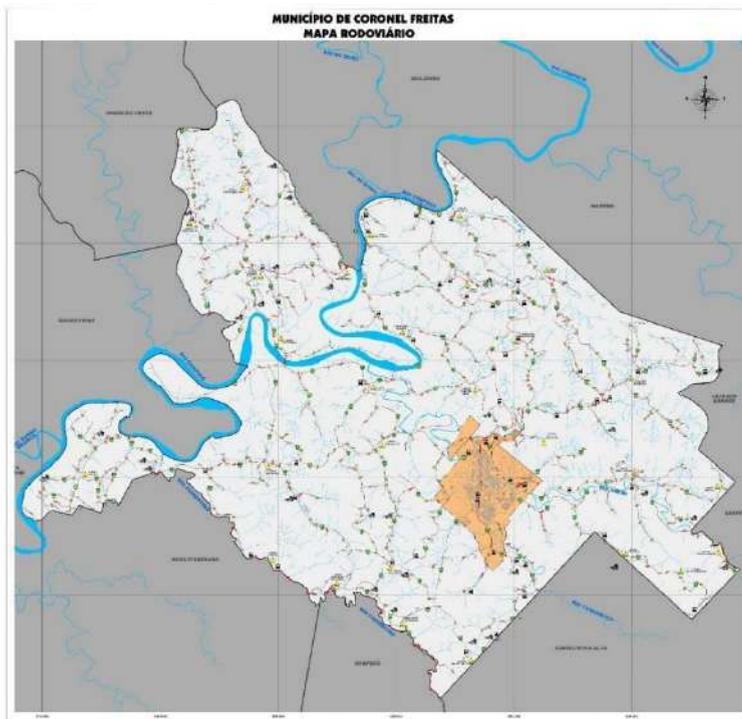
O mapa a seguir (figura 15) demonstra que o perímetro urbano se concentra próximo à divisa com o município de Cordilheira Alta e Chapecó, ao Sul na distribuição territorial, sendo circuncidado pelas estradas com pavimentação asfáltica, especialmente representado sob a cor laranja. As estradas não pavimentadas localizam-se no espaço rural predominantemente, totalizando 346.798m de extensão, representadas pela cor cinza.

No espaço rural especialmente, acomodam-se um total de 25 comunidades, sendo expostas por IBGE (2023, p.1):

Linha Esperancinha, Roncador, Linha Barro Preto, Linha Esperança, Linha José Luiz Maia, Simões Lopes, Linha Favareto, Antinhas, Cairu, Linha Abelardo Luz, Querência, Monte Alegre, Linha Savares, Alto Ipiranga, Três Casas, Linha Alto Rui Barbosa, Rui Barbosa, Linha Julio de Castilho, Linha São Cristóvão, Linha Palmeira Maia, Linha Olinda, Linha Zeni, São Miguel, Saltinho, Santa Fé.

No entanto, apesar do desenvolvimento populacional no município, percebe-se que a falta de projetos de infraestrutura equivalentes e de pesquisa em geomorfologia e estudo dos solos, que ainda são pertinentes na localidade, o que acarreta numa série de eventos desagradáveis, como será melhor visto a seguir.

Figura 15 – Mapa rodoviário de Coronel Freitas-SC



Fonte: Brasil; Coronel Freitas (2023).

Sobretudo, como tratado anteriormente, o município teve sua expansão marcada pela chegada das indústrias e comércios, logo, as residências foram, aos poucos, sendo acomodadas aos arredores do centro municipal de acordo com a disponibilidade de terras. Muitas dessas residências foram instaladas de forma irregular, o que incide na investigação do nosso objeto de estudo, a ocupação de encosta.

3.2 OCUPAÇÃO DE ENCOSTA EM CORONEL FREITAS-SC

A ocupação de encosta no município de Coronel Freitas de forma irregular iniciou com a chegada das populações rurais, logo após a emancipação municipal. De acordo com os diagnósticos realizados em campo, constatou-se que a cobertura predominante da área é a de vegetação secundária de floresta ombrófila densa, com manchas de extrativismo madeireiro por toda a distribuição territorial e mescla com edificações.

Especialmente no perímetro central percebem-se maiores expressões sobre as manchas edificadas, com predominância de residências, comércios e serviços. Aos arredores, no perímetro rural, a prevalência se dá pelas vegetações densas e áreas de conservação ambiental, especialmente aquelas que agregam as matas nativas da região, sendo que a distribuição é mais espalhada, em geral, com densidade populacional minimizada.

Além disso, nas comunidades que abarcam o município percebem-se muitas variações na distribuição de atividades agropecuárias e agrícolas, haja vista a prevalência desse tipo de atividade econômica no município de estudo, o que remete a infraestruturas lineares nos entrecortes, como exemplo os sistemas de distribuição de energia elétrica e vias de acesso pela malha viária não pavimentada.

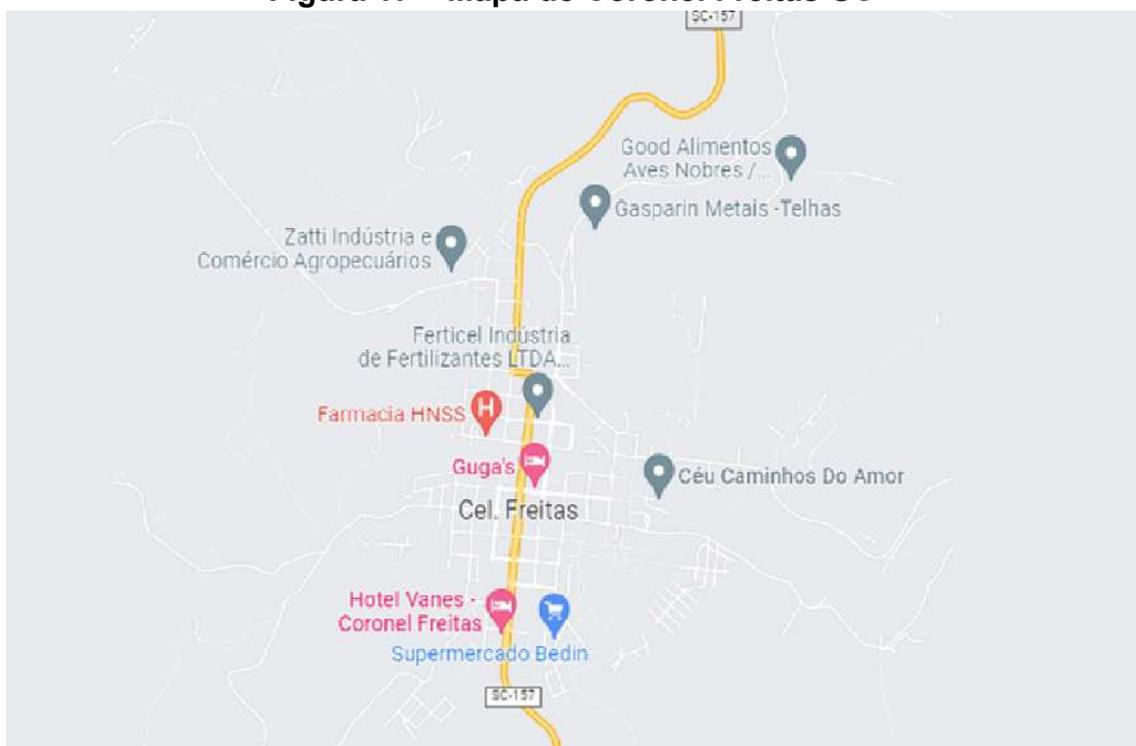
Conforme a figura 16 demonstra, o perímetro urbano é marcado especialmente pela interseção do Rio Taquaruçu, representado pela cor azul. A principal rodovia federal pavimentada é a BR-282 que contorna o lado nordeste municipal adentrando o perímetro urbano, conseqüentemente saindo pelo lado Sul, já a principal rodovia estadual é a SC-157, cuja trajetória direciona-se ao centro da cidade (perímetro urbano), seguindo pela via principal, até a intersecção sul, conforme figura 17.

Figura 16 – Mapa do perímetro urbano de Coronel Freitas-S



Fonte: Adaptado de Brasil; Coronel Freitas (2023).

Figura 17 – Mapa de Coronel Freitas-SC



Fonte: Adaptado de Google Maps (2023).

Nas áreas de zoneamento urbano irregulares, percebe-se nítida segregação populacional onde as camadas populares mais vulneráveis acabam por ocupar as encostas com edificações em situações de risco (figura 18-A e 18-B), especialmente próximos ao rio que intercepta a cidade, justaposta à necessidade de abastecimento hídrico.

Em virtude de o saneamento básico ainda ser temática debatida no município, os terrenos que ficam nas proximidades da encosta possuem valores menores em comparação aos demais, conforme observado em anúncios de imóveis, o que predispõe as populações de classes de renda mais baixas a adquirirem esses imóveis, muitas vezes sem planejamento ou projetos estruturais, o que denota graves riscos tanto no que diz respeito à qualidade de vida quanto à preservação de ecossistemas.

Conforme Amorim e Oliveira (2007, p.123):

As encostas constituem uma forma de relevo complexa, caracterizada por uma acentuada fragilidade natural, que sob a interferência humana pode sofrer a aceleração de processos erosivos e escorregamentos. A ocupação desordenada destes ambientes provoca riscos às atividades econômicas e à própria vida dos seres humanos.

Nesse sentido, percebe-se que a ocupação dos morros residuais no perímetro urbano de Coronel Freitas está, cada dia mais, acentuando-se, devido ao crescimento populacional desde a emancipação municipal. Esse crescimento está associado ao fluxo de profissionais que advém dos municípios vizinhos, buscando oportunidade de trabalho e melhor qualidade de vida, bem como crescimento de moradores locais por parentesco.

Figura 18 – Ocupação de encosta irregular em Coronel Freitas-SC (A)



Fonte: Do arquivo da autora.

Figura 18 – Ocupação de encosta irregular em Coronel Freitas-SC (B)



Fonte: Do arquivo da autora.

Todavia, ressalta-se que muitas são as consequências da antropização sem planejamento em Coronel Freitas, haja vista os impactos ambientais que estão alicerçados com o movimento humano irregular. Como exemplo, pode-se citar o desmatamento e os cortes em encostas de modo inadequado.

Para o primeiro exemplo, o solo fica exposto à ação de agentes intempéricos que provocam eventos de alto grau de risco, como ocorrido no ano de 2015, quando as chuvas em grandes proporções (enxurradas) forçaram o município a decretar estado de calamidade pública, tendo como justificativa as famílias desabrigadas e as 2,5 mil residências sem fornecimento de água e energia elétrica. Além disso, outros 30 cômodos residenciais e 28 pontos comerciais tiveram sua infraestrutura totalmente destruída, necessitando assim de apoio do Estado para reconstrução e cooperação intermunicipais para remoção dos resíduos sólidos e retomada de atividades no local (figura 19-A e 19-B; figura 20) (G1, 2015).

Já o segundo exemplo, referente aos cortes inadequados, normalmente ocorrem quando não há suporte técnico-profissional para adequar o solo, nivelando-o a fim de que se torne utilizável. Isso acaba por desencadear uma série de problemas como o acúmulo de água nos lençóis freáticos, acúmulo de resíduos sólidos naturais e artificiais e, conseqüentemente, aceleração nas erosões e deslizamentos (AMORIM; OLIVEIRA, 2007).

Figura 19 – Erosão do solo em Coronel Freitas-SC, 2015 (A)



Fonte: G1 (2015).

Figura 19 – Destruição por enxurrada em Coronel Freitas-SC, 2015 (B)



Fonte: G1 (2015).

Figura 20 – Enchente em Coronel Freitas-SC no ano de 2015



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=940168169363208&set=p.940168169363208>>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

As figuras demonstram nitidamente os prejuízos que foram somados ao município mediante as chuvas. Os principais bairros atingidos foram o centro, onde passa o Rio Taquaruçu, fonte geradora do alagamento, e demais bairros nas proximidades, localizados nas regiões mais altas ao entorno do centro que sofreram com as erosões do solo e posteriores deslizamentos (figura 21-A), inclusive mesmo a ponte que interconecta os municípios de Coronel e União do Oeste (figura 21-B) foi afetada.

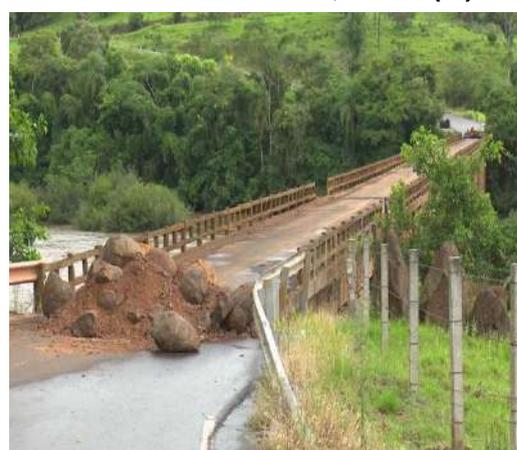
As perdas não foram apenas materiais, mas principalmente sociais, haja vista que a população que reside nos entornos é mais vulnerável economicamente, o que denota intervenção da entidade Executiva local para reparar os danos causados pelo evento, mas, sobretudo, realocar as famílias de modo a que possam restabelecerem suas vidas.

Figura 21 – Erosão do solo em Coronel Freitas-SC, 2015 (A)



Fonte: G1 (2015).

Figura 21 – Ponte interditada em Coronel Freitas-SC, 2015 (B)



Fonte: ND Mais (2021).

Guerra (2011, p.13) conduz o debate no âmbito da geomorfologia

urbana e a presença de encostas em grande parte do território. O autor apoia-se na definição de Goudie (1985) que entende a encosta como “[...] uma forma tridimensional, produzida por intemperismo e erosão, com elementos basais, os quais podem ser de origem deposicional ou erosiva”.

Nesse sentido, a geomorfologia estuda as formas de relevo, buscando também estudar o desenvolvimento das encostas, resultante do arrasamento dessas formas por diversos agentes naturais para fins de conhecer “[...] os processos que dão origem a essas formas e seus materiais constituintes, tendo um papel significativo na compreensão dos ambientes transformados pelo homem.” (GUERRA, 2011, p.13).

Estes aspectos geomorfológicos contribuem para que alguns movimentos humanos ocorram e influenciam nas atividades desenvolvidas, como exemplo as agrícolas, de construção de malhas viárias, de expansão populacional, planejamento de urbanização, implantação de parques de lazer e outras intervenções em revitalização urbana. Logo, quando ocorre um mau uso do estudo em campo ou falhas na aplicabilidade geotécnica, riscos alarmantes podem ocorrer (GUERRA, 2003), como observável no caso vivenciado em Coronel Freitas em 2015.

Sob a realidade da ocupação nas encostas de um específico bairro de Coronel Freitas, visto que qualquer obra realizada pelo ser humano sobre uma encosta pode influenciar nas formas de relevo, obviamente refere-se às formas presentes nas áreas urbanas que ocorrem com mais frequência que na área rural. Levando-se em conta a “[...] natureza da obra realizada e dos materiais que constituem a área ocupada.” (GUERRA, 2008; apud GUERRA, 2011, p.13). Portanto, a modificação da superfície de um terreno indica que houve intervenção humana. No caso de Coronel Freitas especialmente, somam-se cerca de 60 anos desde o início da transformação.

Não se pode deixar de observar que com a ocupação humana para fins de moradia é comum a utilização de métodos de controle da produção de sedimentos e, neste caso, também se pode dizer de métodos de contenção de sedimentos, o que demonstra a preocupação com a evolução das encostas nas áreas urbanas. Como é comum o acúmulo de grandes quantidades de sedimentos, num curto tempo, que em sua maior parte vêm dos movimentos de massa e a da erosão do solo, os métodos utilizados diferem do que é feito nas

áreas rurais – justamente por não haver tanta interferência humana (GUERRA, 2011).

No início de qualquer desenvolvimento urbano, o impacto da produção de sedimentos, oriundos de encostas que vão em direção aos canais fluviais é maior e mais intenso do que quando a cidade já está consolidada. Isto é:

[...] as atividades humanas podem provocar mudanças em um longo período, à medida que o uso da terra vai se transformando, ou também em um curto período, quando a cobertura vegetal é retirada, as encostas são transformadas, e os canais fluviais são alterados. (GUY, 1976; apud GUERRA, 2011, p.16).

É importante observar a declividade das encostas que não apresentam similaridades, pois vários fatores atuam nelas que determinam elevadas declividades e outras nem tanto (GUERRA, 2011). As formas das encostas não são delimitadas por um único tipo de forma, mas apresentam combinações que podem ser classificadas em côncavas, convexas e retilíneas e ainda são tipificadas em planta e em perfil.

Mesmo conhecendo os modelos e tipos de encostas não podemos esquecer as transformações que estas sofrem ao longo do tempo. Imagine uma encosta urbana de uma grande cidade e nota-se a diferença entre a paisagem de uma encosta na área rural, com distinção tanto na forma como no processo que sofrem naturalmente através de intemperismos e erosões, onde na área urbana pode haver mais interferência humana na ocupação e uso do solo.

Guerra (2011, p.16) traz uma visão de Peloggia (1998) sobre essa ocupação urbana:

[...] busca da apropriação máxima dos precários espaços disponíveis pelas populações (lotes, espaços em favelas) leva à modificação da geometria das encostas, através de técnicas precárias, frequentemente manuais, de utilização propiciada pela grande espessura do regolito e suas coberturas.

Nesse sentido, em Coronel Freitas, por meio do diagnóstico realizado acerca da ocupação de encostas em trabalhos de campo, percebe-se que a movimentação populacional é decorrente da disponibilidade de terrenos em áreas mais próximas, sem a devida intervenção geotécnica para planejamento urbano e a extração vegetal assídua. A ausência deste incide em defasagem

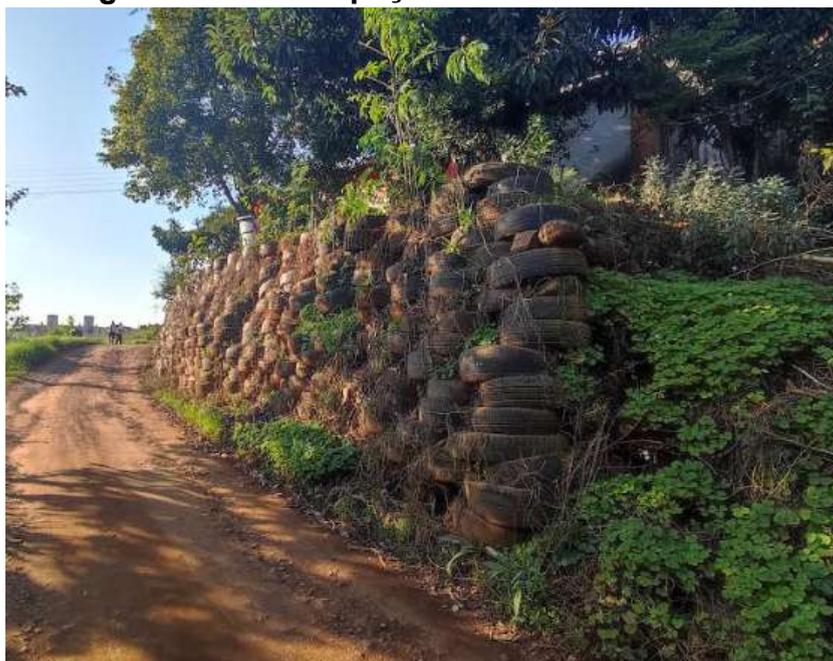
nas áreas e riscos de médio e alto grau para erosão do solo, conforme Mendes (2014) destaca:

O processo de expansão urbana sem planejamento adequado e a especulação imobiliária em locais inapropriados ou com potencial de risco podem resultar na degradação da cobertura vegetal e dos recursos naturais do solo e da água, além de colocar os cidadãos em situação de risco iminente.

É nítida e perceptível a existência de ações humanas em relação à degradação irregular da cobertura vegetal, tendo em vista as residências alocadas em áreas de alto risco com presença de fraturas em rochas, degraus de abatimento arbóreo, muros inclinados e disformes (figura 22), cicatrizes de deslizamentos (figura 23), presença de umidade em excesso (figura 24), acúmulo de recursos fluviais em áreas mais altas, edificações sem estrutura adequada para resistirem às fortes chuvas, entre outros.

Na encosta estudada especialmente, localizada nas mediações do bairro São Sebastião até o bairro Irmã Colonata, o terreno apresenta encosta natural, com curvas de níveis entre 400 a 590 metros, como analisado no Mapa Planialtimétrico elaborado pela AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina) (figura 25). Logo na entrada da cidade vindo pela SC - 157, direção Chapecó a Coronel Freitas é possível visualizar a ocupação de encostas nesses bairros citados, ao olhar à direita (Anexo I) .

Figura 22 – Diagnóstico de Ocupação de Encosta em Coronel Freitas-SC



Fonte: Do arquivo da autora (2023).

Figura 23 – Cicatrizes de deslizamentos em ocupação de encosta em Coronel Freitas-SC



Fonte: Do arquivo da autora (2023).

Figura 24 – Indícios de umidade excessiva em ocupação de encosta em Coronel Freitas-SC



Fonte: Do arquivo da autora (2023).

Em geral, a área estudada é ocupada por edificações de pequeno porte, normalmente casas em alvenaria e madeira, parcialmente consolidada por uma população mais vulnerável, com infraestrutura razoável e densidade elevada de ocupação do terreno, sendo a média de 4 (quatro) residentes por domicílio, segundo informações do IBGE. Demonstrem um sistema de drenagem nos lençóis precário, consequência da concentração de água na superfície oriunda das fortes chuvas e dos vazamentos de tubulações que são direcionadas para a base da encosta.

Quanto à presença de cultivo vegetativo, percebe-se a presença de mata nativa aos arredores do domicílio e algumas espécies de bananeiras e bambuzais que corroboram com o acúmulo de água, devido suas altas capacidades de retenção hídrica e hidratação. Estes, portanto, demonstram instabilidade por meio de cicatrizes de deslizamentos no terreno, pequenos indícios de processos erosivos em muros de contenção, fraturas nas rochas, solo residual, muros inclinados – que demonstram o rastejo da área a cada chuva – e trincas em moradias.

Considera-se a área como sujeita a deslizamentos em proporções média e alta, em virtude da inclinação da encosta e da ausência de contenções apropriadas para alocar residências numa densidade assídua como a identificada, o que exige intervenção da Defesa Civil em casos extraordinários, bem como do setor de planejamento urbano do Poder Executivo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Coronel Freitas-SC possui grandes vantagens em termos econômicos uma vez que se localiza na região oeste catarinense, tendo como força motriz a produção agrícola e agropecuária em suas atividades econômicas predominantes, sendo, concomitantemente, altamente atrativo para profissionais de toda a região buscarem estabilidade financeira e qualidade de vida.

No entanto, na contramão das possibilidades existentes, advém as ocupações de encostas no município, oriundas de um processo de crescimento populacional sem planejamento e de infraestrutura básica precária, o que dispõe os civis a inúmeros riscos, tanto sociais quanto econômicos.

No estudo desenvolvido, compreendeu-se que o município foi emancipado no ano de 1961 e a partir de então passou a desenvolver-se nas partes centrais e arredores, explorando a vegetação natural de forma irregular, sem supervisão geotécnica, o que incide numa morfologia inadequada e de médio/alto risco para ocupação.

Entre os principais movimentos humanos percebidos na utilização do solo de forma irregular, destaca-se a realizada por pessoas em situação de vulnerabilidade ou de menor poder aquisitivo, o que repercute em comprometimento das áreas, risco de alagamentos, deslizamentos, acúmulo de água por desnivelamento, ruptura de pontes de interconexão municipal e outras fragilidades que acometem a população e exigem da Administração Pública um planejamento urbano mais qualificado para adequação das localidades.

Em que pese o bairro abrangido especialmente, percebeu-se nítida degradação irregular da cobertura vegetal, com prevalência de aspectos geomórficos como fraturas em rochas, degraus de abatimento arbóreo, muros inclinados e disformes, umidade excessiva oriunda de acúmulo de água dos tecidos freáticos e tubulações direcionadas às encostas. A saber, esses indicativos demonstram os riscos eminentes na área e a necessidade de intervenção imediata para que sejam evitados eventos adversos.

Ressalta-se que o estudo geomorfológico possibilita a compreensão do potencial dos relevos, considerando os aspectos humanos e a

biodisponibilidade num ecossistema adequado. Desse modo, entende-se que em Coronel Freitas, especialmente nos bairros observados, ainda existem defasagens que devem ser superadas por meio de estudos, análises e planejamentos de (re)estruturação das residências presentes na encosta.

Assim, incentiva-se o desenvolvimento de estudos mais aprofundados acerca da área abrangida pelo estudo, em especial, pela prefeitura municipal para que a administração consiga prevenir a ocorrência de eventos catastróficos e perdas materiais, humanas, promovendo maior qualidade de vida para os moradores que ali habitam.

REFERÊNCIAS

AMARAL E SILVA, Antônio José do. **A Arquitetura do Urbanismo e o Urbanismo da Arquitetura**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pernambuco, 2001, 187f.

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. Análise geoambiental dos setores de encosta da área urbana de São Vicente-SP. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.19, n.2, p.123-138, dez. 2007.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. Urbano demasiado urbano. **ComCiência**, Campinas, n.118, 2010.

BRASIL; CHAPECÓ, Município de. **Município de Chapecó**. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-chapeco.html>>. Acesso em: mai. 2023.

BRASIL; CORONEL FREITAS, Prefeitura Municipal de. **História**, [2023]. Disponível em: <<https://coronelfreitas.sc.gov.br/pagina-1280/>>. Acesso em: mai. 2023.

_____. **Mapas de Coronel Freitas**. Disponível em: <<https://coronelfreitas.sc.gov.br/galeria/pagina-34789/>>. Acesso em: julho de 2023.

BREVES, Wenceslau. O Chapecó que eu conheci. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3. (06): 07-73, 1985, p.9-10.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 3 ed. São Paulo, SP: Contexto, 1997.

_____. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

CLICOESTE. **Ponte da linha Cotovelo que liga União do Oeste a Coronel Freitas é liberada totalmente**, [30 de agosto de 2021]. Disponível em: <<https://www.clicoeste.com.br/ponte-da-linha-cotovelo-que-liga-uniao-do-oeste-a-coronel-freitas-e-liberada-totalmente/>>. Acesso em: julho de 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

DEGRANDI, José Odím; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O Conceito de Formação Socioespacial e sua Potencialidade Analítica e Metodológica para a Compreensão do Desenvolvimento. In: **V Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**: Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, agosto de 2011. 19p.

DICIO. **Significado de Socioespacial**, [2023]. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/socioespacial/>> Acesso em: maio de 2023.

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE; Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Coronel**, [14 de maio de 2023]. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coronel>>. Acesso em: mai. 2023.

EMPRESAQUI. **Ranking das 50 maiores empresas em Coronel Freitas/SC**, [2023]. Disponível em: <https://www.empresaquei.com.br/listas-de-empresas/SC/CORONEL_FREITAS>. Acesso em: julho de 2023.

FACCO, Janete; LEMES, Loivo Antonio; PIOVEZANA, Leonel. O índio, a aldeia e o urbano na formação so-cioespacial de Chapecó (SC). In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v.21, n.29, p.183-205, 2008.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Georaguaia**. Barra do Garças-MT, v.8, n.1, p.13-31, 2018.

G1. **Ponte em Coronel Freitas tem restrição de tráfego após enxurrada**, [16 de julho de 2015]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/07/ponte-em-coronel-freitas-tem-restricao-de-trafego-apos-enxurrada.html>>. Acesso em: julho de 2023.

GOOGLE MAPS. **Cel. Freitas, SC, 89840-000**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Cel.+Freitas,+SC,+89840-000>>. Acesso em: mai. 2023.

_____. **Coronel Freitas**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/@-26.9042514,-52.7084667,14z?entry=tту>>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

GUERRA, Antônio José Teixeira (Org.). **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 280p.

GUERRA, Antônio José Teixeira. Encostas e a Questão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs.). **Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.191-218.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormais. **Retratos**: A revista do IBGE, n.8., 2018.

_____. **Biblioteca**: Chapecó, [10 de maio de 2023]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31410&view=detalhes>>. Acesso em: mai. 2023.

_____. **Cidades e Estados: Coronel Freitas:** código: 4204400, [2023]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/coronel-freitas.html>>. Acesso em: mai. 2023.

_____. **Coronel Freitas:** Histórico, [2023]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/coronel-freitas/historico>>. Acesso em: julho de 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo, SP: Centauro, 2001.

MACHADO, Gustavo Reis; ANDRADE, Alexandre Carvalho de; COTRIM, Fabiana Rezende. **Cidades & Sociedade:** interações e contextos acerca das urbanidades sul mineiras. Pouso Alegre, MG: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2021. 176p.

MANFIO, Vanessa. O contexto e a importância das pequenas cidades na dinâmica da rede urbana: uma abordagem acerca de Nova Palma, RS. **Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v.11, n.1, p.24-45, 2019.

MAPIO.NET. **Igreja de Coronel Freitas-SC**, [2023]. Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-65789457/>>. Acesso em: julho de 2023.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008, 527f.

MENDES, Pedro Paulo Mesquita. Processo Erosivo em Área Urbana: Condomínio Privê, cidade satélite Ceilândia-DF. In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014. 12p. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404586983_ARQUIVO_Pedro_Paulo_Mesquita_Mendes_CBG.pdf>. Acesso em: julho de 2023.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba-PR, n.111, p.9-18, 2006.

ND Mais. **Após quase 30 dias, ponte sobre o Rio Chapecó segue fechada**, [18 de janeiro de 2021]. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/apos-quase-30-dias-ponte-sobre-o-rio-chapeco-segue-fechada/>>. Acesso em: julho de 2023.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços**, Florianópolis-SC, n.10, p.29-51, 2002.

OLIVEIRA, Washington Candido de. A urbanização: processo social de segregação socioespacial e a distribuição espacial das moradias no Distrito Federal do Brasil. In: **XV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona, maio de 2018. 20p.

ONGHERO, André Luiz. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal-RN, p.1-16, 2013.

PIAZZA, Walter Fernando. Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina. Edição do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, Florianópolis, 1970.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina. Edição Comemorativa. Nº 23. Chapecó: Argos, 2006.

RADIN, J. C. Migrantes italianos e a terra: a agricultura familiar no Oeste catarinense. In: RADIN, J. C. (Org.). Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, 2005, p.268.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. Cadernos do CEOM. CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina. Edição Comemorativa. Nº 23. Chapecó: Argos, 2006.

RHEIN, Cathérine ; ELISSALDE, Bernard. *La fragmentation sociale e urbaine en débats. Information Géographique*. V.68, n.2, 2004, p.115-126.

RIBEIRO, Wagner Costa. Cidades ou sociedades sustentáveis?. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Orgs.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo, SP: Contexto, 2005, p.60-69.

RODRIGUES, Géssica Pinto; LINO, Jaisson Teixeira. **Representações sobre os indígenas no oeste catarinense por meio da imprensa escrita no século XXI**: análise do jornal Diário do Iguaçú. TCC (Licenciatura em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2018, 80f.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Série Primeiros Passos. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1988. 84p.

SANTOS, Marcos Lauermann dos. **O Linchamento e seus discursos**: a alteridade e a identidade na formação da Chapecó de 1950. TCC (Licenciatura em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2015, 54f.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, _____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo, SP: Edusp, 2004.

SANTOS, _____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos

Walter Porto Gonçalves. São Paulo, SP : Publifolha, 2002.

SEBRAE-SC, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Cadernos de Desenvolvimento de Santa Catarina**: Coronel Freitas. Florianópolis, SC: SEBRAE, 2019. 80p.

SIMONI, Karine. Além da enxada, a utopia: a colonização italiana no Oeste catarinense. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003, p.33-4.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003. 558p.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v.19, p.1-13, 2020.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.5, p.37-52, 1997.

WAGNER, Altair. **E... Chapecó levantou vôo**. Chapecó, SC: De Letra Editora, 2005. 237p.

ANEXOS

ANEXO 1 – VISTA PANORÂMICA DA OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS EM CORONEL FREITAS - SC



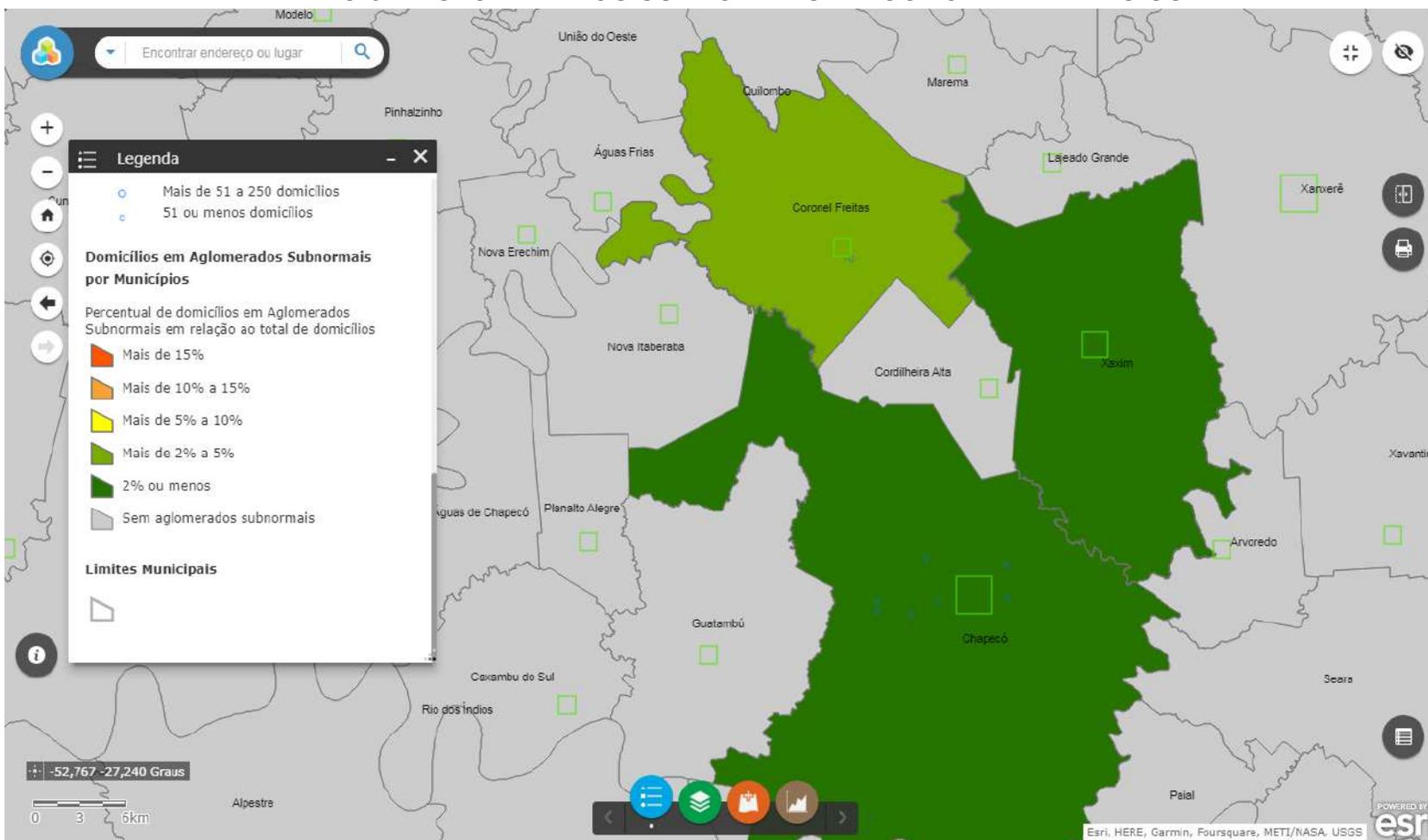
Fonte: Google Street View, Captura da imagem abr. 2019

ANEXO 2 – MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO EM CORONEL FREITAS-SC



Fonte: IBGE (2022).

ANEXO 3 – AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM CORONEL FREITAS-SC



Fonte: IBGE (2018).